

TRABALHO
Hora de aplicar
as novas regras

OMC
CNI e governo
discutem recurso

WORLDSKILLS
Delegação brasileira
vai em busca do bi

Indústria **BRASILEIRA**

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 2 | nº 16 | Setembro 2017

A NOVA RODADA DE LICITAÇÕES DE INFRAESTRUTURA

SEM INVESTIMENTO PRIVADO, O PAÍS NÃO TEM
COMO ENFRENTAR A CRISE FISCAL E MODERNIZAR
ÁREAS COMO ENERGIA, TRANSPORTES E SANEAMENTO



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

O SESI TRANSFORMA A VIDA DE MUITA GENTE, **COMO A DO IVO.**

Em parceria com o SESI, o Ivo promoveu melhorias significativas na qualidade de vida de seus funcionários e na produtividade de sua empresa. Conheça a história completa dele no sempresesisenai.com.br.

#SEMPRESESI

***“O SESI foi
fundamental na criação
e na implementação de
um plano de segurança
do trabalho para
a empresa.”***

Ivo Correa, Empresário.

SE VOCÊ FEZ OU FAZ SESI, COMPARTILHE SUA HISTÓRIA.
WWW.SEMPRESESIENAI.COM.BR

f /SESINacional ▶ /sesi in /company/sesi-nacional



Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria

A tall, dark silhouette of an electricity pylon stands against a vibrant orange and red sunset sky. Several power lines stretch across the frame, creating a sense of depth and scale. The pylon is a lattice structure with multiple cross-arms supporting the lines.

CARTA AO LEITOR

A agenda brasileira é complexa e urgente. Se por um lado exige esforço político para aprovar reformas como a trabalhista, a previdenciária e a política, entre outras, também requer determinação administrativa para reduzir o colossal déficit na área de infraestrutura. O governo federal deu um passo acertado, portanto, ao apresentar uma nova etapa do Programa de Parcerias de Investimento (PPI), que contempla concessões em energia, saneamento e transportes até o próximo ano. O país pode melhorar muito após a nova rodada de concessões, desde que elas saiam efetivamente do papel.

A reportagem de capa desta edição mostra que, se o diagnóstico e o discurso oficiais apontam para a direção correta, tem faltado energia para a realização de leilões em prazo satisfatório, quando chegam a ser realizados. Para o economista Gesner Oliveira, da GO Associados, “é preciso ter mais obsessão na execução desses leilões”. Ainda mais porque a meta é ambiciosa, com 57 projetos e expectativa de investimentos da ordem de R\$ 44 bilhões.

Especificamente no setor de energia, as ações contemplam não apenas a privatização da Eletrobras como também a ampliação do mercado livre, que contará com um número gradualmente maior de consumidores até 2028. Em entrevista neste número, o presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (ABRACEEL), Reginaldo Medeiros, diz que os consumidores ganharão com as novas regras, pois terão mais liberdade para negociar seus contratos, fazendo com que o mercado se regule.

Além de amplo conteúdo sobre infraestrutura, esta edição também reúne a expectativa de especialistas sobre os desafios na aplicação da nova legislação trabalhista. Apesar da visão positiva sobre o efeito das novas regras, que podem finalmente trazer maior segurança jurídica para os acordos celebrados entre empregadores e empregados, há certo temor de que a justiça trabalhista mostre resistências na aplicação das normas.

Entre outros temas, as páginas a seguir também trazem informações positivas sobre a indústria e o sistema CNI/SESI/SENAI/IEL. Na construção civil, os indicadores apontam otimismo depois de muitos meses de perdas e, entre os empresários, a disposição para investir é a maior desde 2015. Já no Sistema Indústria, SESI e SENAI deram transparência ainda maior às suas contas, com a divulgação de inúmeros dados em sites específicos na internet, e a delegação brasileira no *WorldSkills* está começando a arrumar as malas para viajar em busca do bicampeonato no evento em Abu Dhabi.

Boa leitura!

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES

Paulo Antonio Skaf; Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glauco José Côrte; Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira; Edson Luiz Campagnolo; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Antonio José De Moraes Souza Filho; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES

Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edilson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasaí; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

Superintendência de Jornalismo CNI/SESI/SENAI/IEL

Superintendente de Jornalismo
José Edward Lima

Gerente-executivo de Jornalismo
Rodrigo Caetano

DESENVOLVIMENTO e PRODUÇÃO FSB COMUNICAÇÃO

Consultor Editorial: Wladimir Gramacho; Jornalista Responsável: Rachel Mello (DF 3877/95); Reportagem: Gleice Mere, Iara Vidal e Vivaldo de Sousa; Projeto gráfico e editoração: Armando Salmito, Daniel Barroca, Guto Rodrigues e Pedro Badú; Revisão de texto: Renata Portella. Informações técnicas: (61) 3317-9472; fax (61) 3317-9456. Email: revistacni@cni.org.br.

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

CNI

<https://www.facebook.com/cnibrasil>
<https://www.flickr.com/photos/cniweb>
<https://instagram.com/cniabr/>
https://twitter.com/cni_br
<https://www.linkedin.com/company/cni-brasil>

SENAI

<https://www.facebook.com/senainacional>
https://www.instagram.com/senai_nacional/
<https://twitter.com/senainacional>
<https://www.youtube.com/user/senaibr>

SESI

<https://www.facebook.com/SESINacional>
<https://www.youtube.com/user/sesi>
<https://www.linkedin.com/company/sesi-nacional>

IEL

<https://www.facebook.com/IELbr>
<https://www.instagram.com/ielbr/>
https://twitter.com/iel_br
<https://www.linkedin.com/company/iel-nacional>

ARTIGO DO PRESIDENTE



6

ERRAMOS

O nome correto do ex-secretário nacional de Inovação citado na página 11 da edição 15 (Agosto de 2017) é Ronaldo Mota e não Ronaldo Costa, conforme publicado.

SUMÁRIO

CAPA



AGENDA LEGISLATIVA



GIRO BRASIL

Bússola
da INOVAÇÃO

A nova rodada de privatizações e seus efeitos sobre a economia

8

RELAÇÕES DE TRABALHO

Os desafios na aplicação das medidas que entram em vigor em novembro

28

FIEP divulga resultados da Bússola da Inovação 2016, que mostra avanços no Paraná

38

INFOGRAFIA

Entenda as principais concessões que devem sair na área de infraestrutura

16

COMPETITIVIDADE

COMÉRCIO

OMC condena programa de incentivos brasileiro, mas país vai recorrer da decisão

32

JOÃO PAULO PAPA

Deputado defende investimento privado para reduzir o déficit em saneamento

18

TERMÔMETRO ECONÔMICO

ENERGIA

Mudanças no setor contarão com a venda da Eletrobras e mercado livre maior

20

CONSTRUÇÃO

Surgem sinais de otimismo no setor, segundo Sondagem Indústria da Construção

34

Fusão cria a maior companhia de gases industriais do mundo

40

SESI / SENAI / IEL

REGINALDO MEDEIROS

Presidente da Abraceel aponta ganhos com novas regras na área de energia

24

TERMÔMETRO

Disposição para investir é a maior desde 2015, diz estudo da CNI

36

TRANSPARÊNCIA

SESI e SENAI têm páginas na internet com dados de orçamento, balanços e outros

42

INDÚSTRIA EM AÇÃO

CNI promove debate com diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo

26

WORLD SKILLS

Delegação brasileira, liderada pelo SENAI, está pronta para ir a Abu Dhabi em busca do bi

44

INFRAESTRUTURA PRECISA DE MAIOR PARTICIPAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA

A oferta, os custos e a qualidade dos serviços de infraestrutura têm repercussão na competitividade da economia brasileira e na atração de investimentos ao país. O setor produtivo sente os efeitos da deterioração nessa área. No Brasil, existem crônicos problemas nos segmentos de transportes, portos, energia elétrica, gás natural e no sistema de saneamento básico, o que dificulta o desenvolvimento das empresas e o crescimento econômico num ritmo adequado às necessidades da população.

A falta de manutenção, de modernização e de expansão desses serviços representa desvantagem competitiva do país em relação aos concorrentes no mercado internacional. O histórico de baixo investimento em infraestrutura no Brasil está intrinsecamente associado à limitada capacidade do Estado. O aparato estatal tem dificuldade de planejar,

elaborar e escolher os projetos com melhor relação benefício-custo, além de contratar, fiscalizar e assegurar sua execução integral.

Os recursos arrecadados pelo governo são, em grande medida, gastos em transferências e despesas correntes. As verbas para investimentos vêm sendo comprimidas por causa da crise fiscal, da rigidez orçamentária e da fragilidade financeira das empresas públicas. Por isso, é essencial maior participação do setor privado. As privatizações e as concessões se impõem como importante instrumento de modernização da infraestrutura, a ser operada sob métodos diferentes de gestão.

Além de contar com maior capacidade de mobilização de recursos, o setor privado é mais flexível e consegue responder rapidamente a oportunidades de mercado e a mudanças de preços relativos. Já as

dificuldades enfrentadas pelas empresas públicas são notórias, principalmente no âmbito da legislação e da sobreposição de controles por instituições estatais.

Recente relatório sobre as empresas estatais federais publicado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão aponta que, do total de 154 empresas estatais federais, 97 são da área de energia elétrica, petróleo, gás natural, transportes e portos. Algumas são candidatas à transferência para a iniciativa privada, em especial as Companhias Docas. Com poucas exceções, elas têm baixa capacidade gerencial e apresentam dificuldades em fazer mudanças para elevar a eficiência dos portos públicos a padrões internacionais.

No setor ferroviário, também existe espaço para significativo aporte de recursos privados. No processo de renovação das concessões vigentes, estão previstos investimentos de R\$ 25 bilhões em cinco anos. O Brasil já conta com 10 importantes aeroportos privatizados e cerca de 10 mil quilômetros de rodovias com pedágio, equivalentes a 15% da rede federal pavimentada. Praticamente todos os terminais portuários e toda a malha ferroviária operam sob gestão privada. Mas é preciso avançar.

O sucesso do último leilão de aeroportos, realizado em março, mostrou que a confiança na economia brasileira está retornando gradativamente. A

ampliação do programa de concessões e privatizações nos segmentos de rodovias, aeroportos, portos, ferrovias, petróleo, gás natural, energia elétrica e saneamento básico, acrescida do novo programa de concessões municipais, constituirá importante fator para o aumento da eficiência na gestão da infraestrutura. Além disso, contribuirá enormemente para que o Brasil supere a maior recessão de sua história, minimizando os graves impactos sociais, cujo retrato mais marcante é o triste recorde de 13,3 milhões de desempregados.



Foto: Miguel Ângelo / CNI

Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Porto de Santos, o maior do país, é apenas o 38º do mundo em movimentação de contêineres.



PRIVATIZAR PARA AQUECER E EXPANDIR A ECONOMIA BRASILEIRA

O NOVO PACOTE DE CONCESSÕES E PRIVATIZAÇÕES DO GOVERNO CONTEMPLA ÁREAS COMO ENERGIA, SANEAMENTO E TRANSPORTE, E PODE TER EFEITOS DE CURTO E LONGO PRAZOS, ESTIMULANDO A PRODUÇÃO E FORTALECENDO A INFRAESTRUTURA

Num momento em que a economia dá sinais mais claros de que o período de recessão foi superado, com um crescimento de 0,2% no segundo trimestre na comparação com os três primeiros meses de 2017, o novo pacote de concessões e de privatizações no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) pode estimular ainda mais a recuperação econômica do Brasil. Anunciado no dia 23 de agosto, a proposta é mais um passo do governo Michel Temer para estimular a ampliação de investimentos na área de infraestrutura, após o conjunto de iniciativas de setembro do ano passado.

Embora ainda existam muitos pontos a serem detalhados, como as regras para o novo marco regulatório do setor de energia elétrica, as medidas anunciadas pelo governo foram bem avaliadas por empresários e analistas. Ao todo, 57 projetos serão incluídos no PPI para serem colocados à venda ou privatizados. Além da

privatização da Eletrobras, principal empresa de energia elétrica do país, o pacote inclui a venda da Casa da Moeda, responsável por fabricar as cédulas do real e os passaportes, de 14 aeroportos e 11 blocos de linhas de transmissão de

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, diz que “o caminho para a reversão do déficit da infraestrutura passa pelo aumento da participação da iniciativa privada nos investimentos e na gestão de empreendimentos nos setores de transporte, energia e saneamento básico”.

Para Sílvio Campos Neto, economista-chefe da Tendências Consultoria Integrada, “essas medidas vêm dentro de um contexto mais amplo da visão econômica do governo, de que é preciso mudar alguns pilares importantes de sustentação da economia brasileira”. Após as medidas macro, com a aprovação do texto para gastos públicos e o

“O caminho para a reversão do déficit da infraestrutura passa pelo aumento da participação da iniciativa privada nos investimentos e na gestão de empreendimentos nos setores de transporte, energia e saneamento básico.”

Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

energia elétrica. Também serão repassados ao setor privado 15 terminais portuários, rodovias, a Companhia Docas do Espírito Santo, a Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais e o Ceasa Minas. O governo espera obter investimentos de R\$ 44 bilhões.

avanço de reformas estruturais, e de governança nas estatais, que passaram por mudanças significativas, chegou o momento de atuar também na infraestrutura, avalia o consultor. “O setor público não tem condições financeiras de levar adiante esses projetos necessários para

retomar o crescimento sem o investimento do setor privado”, opina Campos Neto.

Ele lembra que, durante o governo Dilma Rousseff, houve algumas tentativas malsucedidas “porque o desenho do marco regulatório foi muito ruim, inclusive com tentativas de controle de taxa de retorno do investimento, um tipo de definição que é dado pelas condições de mercado e não por meio de um decreto governamental”. Para ele, regras mais claras devem contribuir para aumentar o fluxo de investimento estrangeiro.

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

De acordo com dados do Banco Central, o volume de investimentos estrangeiros na área de infraestrutura foi de US\$ 11,5 bilhões no primeiro semestre de 2017, com um crescimento de 223% na comparação com o mesmo período de 2016. Os maiores volumes de investimento direto foram no setor de eletricidade, que recebeu US\$ 6 bilhões, e no de transportes, com US\$ 3,9 bilhões entre janeiro e junho. Na área de saneamento, a captação, o tratamento e a distribuição de água receberam US\$ 927 milhões, volume acima de todo o investimento registrado em 2016, de US\$ 184 milhões.

Quando comparado a outros países emergentes, o investimento brasileiro em infraestrutura ainda é muito baixo, conforme estudo da Inter.B Consultoria, com base em dados de 2015. Enquanto a China, concorrente direto do Brasil em diversos mercados internacionais, investe no setor o equivalente a 13% do Produto Interno Bruto (PIB), o Brasil investe apenas 2%, atrás de países como Índia (6%), Chile (5%) e Peru (4%).

“Para modernizar nossa infraestrutura será necessário investir cerca de 4% do PIB durante 25 anos”, afirma o economista Cláudio Frischtak, da Inter.B Consultoria. “O ponto de partida é que investimos pouco. E muitas vezes não investimos bem. Basta ver o volume de obras que atrasam ou que ficam incompletas. Não tem como sair só com o investimento estatal. E, nos próximos anos, devido à crise fiscal, o estado não tem como investir mais em infraestrutura. Na margem, todos os recursos

adicionais terão de vir do setor privado”, diz Frischtak. Segundo o analista, para obter esse investimento, o Estado precisa privatizar suas empresas e atrair o setor privado para o setor de infraestrutura.

FALTA OBSESSÃO

O economista Gesner Oliveira, sócio da GO Associados, diz que, “desde o início, o governo Temer editou uma medida provisória criando o PPI, o que indica que entendeu os problemas de infraestrutura que o país tem”. “Embora o desenho esteja bem concebido e com o discurso correto, talvez tenha faltado uma maior determinação e mais velocidade na execução do cronograma de leilões, embora se tenha avançado bastante nos leilões

de transmissão de energia e terminais portuários”, diz o consultor. “É preciso ter mais obsessão na execução desses leilões, mas é compreensível o atraso em função dos diversos obstáculos, inclusive os de natureza política”, comenta.

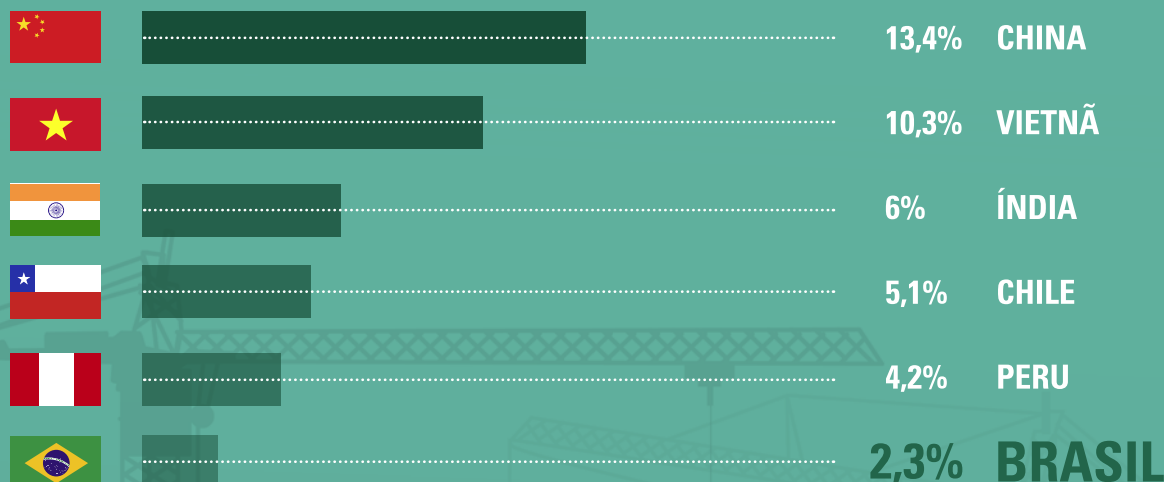
Se os investimentos previstos no PPI forem atingidos, diz Oliveira, o impacto sobre a economia será muito forte. “Em três anos, seriam gerados 2,5 milhões de empregos e um acréscimo de R\$ 280 bilhões ao Produto Interno Bruto (PIB)”, estima o economista, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo e ex-presidente da Sabesp, empresa de saneamento básico do estado de São Paulo. De acordo com estudo feito pela GO Associados, somente 50% da população brasileira é atendida



Para Frischtak, falta muito para o país se recuperar do déficit no setor

O BRASIL INVESTE POUCO EM INFRAESTRUTURA

Países emergentes destinam parcela maior do PIB para obras do setor



Fonte: InterB Consultoria

por coleta de esgotos e apenas 47% dos esgotos gerados são tratados.

Com investimentos anuais consideravelmente inferiores ao volume necessário para alcançar a universalização do saneamento em 2033, prazo estipulado pelo governo, o Brasil não tem opções senão privatizar companhias e impulsionar o investimento no setor por meio de incentivos fiscais, conforme estudo feito pela GO Associados para a CNI. O estudo *Impactos fiscais decorrentes do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico*, da CNI, mostra que os incentivos fiscais podem colaborar com a reversão do cenário de insuficiência e decréscimo no investimento observado nos últimos anos.

Conforme o estudo, a renúncia fiscal potencial proposta e analisada para o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (REISB), aprovado em 2015, mas que ainda não saiu do papel, é de R\$ 2,5 bilhões ao ano durante cinco anos

(2018-2022), totalizando uma renúncia fiscal de R\$ 12,5 bilhões (a preços de dezembro/2015). Nessa estimativa, levou-se em consideração a arrecadação potencial do setor com uma alíquota de 9,25% de PIS-COFINS, líquida do aumento de Imposto de Renda. Já os recolhimentos anuais de tributos neste modelo chegariam a R\$ 10,1 bilhões, valor muito próximo da renúncia fiscal estimada.

CONCESSÕES EM SANEAMENTO

Na primeira etapa do PPI, anunciada em setembro de 2016, com 34 projetos, o governo incluiu a concessão das companhias de água e esgoto em três estados: Pará, Rio de Janeiro e Rondônia. Mas os leilões ainda não aconteceram. Embora não tenha sido incluída na nova lista dos projetos do programa de investimentos, anunciada no final de agosto, especialistas na área de infraestrutura esperam que outras empresas estaduais de saneamento básico sejam contempladas pelas novas etapas do PPI.

A melhoria da eficiência do sistema também é uma razão importante para o programa de privatizações na área de saneamento. Um estudo da CNI de 2016 mostrou que, no Brasil, 95% das empresas de água e esgoto são controladas pelos municípios ou estados. Com base em ranking do Instituto Trata Brasil, o estudo mostra que as companhias privadas de saneamento apresentam índice de qualidade na prestação do serviço 10% superior às públicas — o cálculo leva em conta o nível e a evolução de cobertura e a taxa de perdas de água. Na análise, verifica-se que, na maioria dos casos, o desempenho das cidades atendidas por prestadoras privadas de serviços de água e esgoto é melhor que o das empresas públicas.

Entre 2007 e 2014, o Brasil investiu, em média, R\$ 8,2 bilhões por ano no setor de saneamento, conforme levantamento da CNI baseado em dados públicos e privados. Em 2014, a cifra chegou a R\$ 11 bilhões, com ampla maioria de

recursos proveniente de empresas e autarquias estaduais ou municipais. Além de novos investimentos, o setor precisa melhorar também o planejamento de projetos e a gestão das empresas, segundo Gesner Oliveira. Ele cita, ainda, a necessidade de uma boa regulação, que contribui para reduzir os riscos jurídicos.

O estudo da CNI também apontou que, com o ritmo atual de investimentos, o Brasil atingirá a meta de universalização dos serviços de saneamento somente em 2054, um atraso de 21 anos em relação ao estabelecido no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). Os dados mostram que há um grande déficit de atendimento na área de saneamento, o que abre espaço para uma contribuição maior por parte do setor privado na expansão dos serviços, com investimentos e modelos eficientes de gestão tanto em empresas públicas quanto privadas.

UNIVERSALIZAÇÃO

Além de melhorar a saúde pública e proteger o meio ambiente, a universalização do saneamento é um fator de competitividade ao contribuir para melhorar a produtividade do trabalhador e movimentar a economia. Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), para cada dólar investido em água e saneamento, são economizados US\$ 4,3 em custos de saúde no mundo. O estudo da CNI, por sua vez, estima que, para cada R\$ 1 bilhão investido no setor de saneamento, podem ser gerados R\$ 3,1 bilhões de acréscimo no valor bruto da produção no país, além de 58,2 mil empregos diretos e indiretos.

Wagner Cardoso, gerente-executivo de infraestrutura da CNI, avalia que essa nova etapa de privatização aprofunda um processo iniciado nos anos 1990. “Esse é o caminho que achamos correto e, a rigor, não existe outro”, afirma. Segundo ele, em alguns setores, o processo de privatização já teve resultados e melhorou a qualidade dos serviços entregues à população. Na área de energia elétrica, por exemplo, 61% da distribuição são feitos por empresas privadas, índice praticamente igual ao da geração, onde esse número é de 62%.



Foto: Divulgação

Falta determinação e velocidade aos leilões, diz Gesner Oliveira

Na transmissão, 71% são de responsabilidade das empresas privadas.

Nessa nova etapa do PPI, o governo incluiu o leilão de 11 lotes de linhas de transmissão de energia e venda de subestações, além da privatização da Eletrobras e de um novo marco regulatório para o setor, que esteve em consulta pública até 17 de agosto e recebeu diversas sugestões da sociedade. Conforme informações do Ministério de Minas e Energia, as empresas vencedoras dos leilões deverão construir novas estruturas e ampliar a rede de transmissão de energia do país. Os lotes a serem repassados ao setor privado estão distribuídos em dez estados: Bahia, Ceará, Pará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do

Norte, Minas Gerais e Tocantins.

Para Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, as medidas para o setor de energia estão no caminho certo, mas o quadro político brasileiro ainda apresenta muita instabilidade. “O grande desafio do governo é criar políticas que recuperem a estabilidade regulatória e a segurança jurídica perdida nos últimos anos. Sem isso você não tem investimento. O setor de energia está na antessala de um novo ciclo de investimentos, que só não é maior devido à instabilidade política. Estamos no caminho certo do ponto de vista das políticas de energia. Acredito que vamos conseguir recuperar o estrago feito nos últimos anos”, avalia Pires.

AEROPORTOS

Conforme decisão que já havia sido antecipada, o governo também incluiu a concessão de novos aeroportos no PPI, divididos em quatro blocos. O mais importante é o aeroporto de Congonhas (SP), o segundo maior do país, com movimentação de 21 milhões de passageiros por ano. O valor previsto é de R\$ 5,6 bilhões e deverá ser pago à vista, segundo o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Ainda na região Sudeste, também será repassada ao setor privado a administração dos aeroportos de Vitória (ES) e de Macaé (RJ).

Entraram na lista do Bloco Nordeste os aeroportos de Maceió (AL), João Pessoa (PB), Campina Grande (PB), Juazeiro do Norte (CE) e Recife (PE). O Bloco Centro-Oeste é composto pelos aeroportos de Cuiabá, Sinop, Alta Floresta, Barra do Garças e Rondonópolis, todos em Mato Grosso. A previsão de investimentos para os aeroportos totaliza R\$ 6,4 bilhões. Os leilões devem acontecer no segundo semestre de 2018. Em julho, o governo assinou os contratos de concessão dos aeroportos de Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS) e Salvador (BA), operações que geraram uma receita de R\$ 1,4 bilhão.

Os aeroportos já administrados pelo setor privado são responsáveis, hoje, por 54% da movimentação de passageiros, conforme dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para o mercado de aviação doméstica em 2016. Também entraram na nova etapa do PPI a venda da participação acionária da Infraero nos aeroportos de Guarulhos (SP), Confins (MG), Brasília (DF) e Galeão (RJ), cujas concessões ao setor privado foram realizadas no governo Dilma Rousseff. Os atuais sócios terão prioridade. O governo também avalia passar à iniciativa privada o serviço de controle do espaço aéreo, que está sob administração da Força Aérea Brasileira.

O setor portuário, que também carece de investimentos, entrou na nova etapa do PPI com a previsão de concessão de 15 terminais portuários, áreas dedicadas à movimentação de carga nos portos. Deverão ser leiloados terminais no

VEJA O QUE JÁ FOI PRIVATIZADO

Sem recursos, setor público não consegue ampliar oferta de serviços e a má qualidade prejudica empresas e cidadãos

ENERGIA ELÉTRICA

Distribuição
(energia comercializada)

61%

Privada

Geração
(produção instalada)

62%

Privada

Transmissão
(extensão)

71%

Privada



RODOVIAS

15%

da malha rodoviária federal pavimentada foi privatizada em 21 trechos



Fonte: Confederação Nacional da Indústria

FERROVIAS

Mais de
90%

da malha é operada pelo setor privado



Fonte: Elaborado pela CNI com base em dados da ANTT

PORTOS

100%

os terminais portuários no Brasil são operados pela iniciativa privada, totalizando 237 áreas arrendadas em portos públicos e 180 terminais de uso privado



Fonte: Elaborado pela CNI com base em dados da ANTAQ

AEROPORTOS

54%

da movimentação de passageiros ocorrem em aeroportos concedidos



Fonte: Elaborado pela CNI com base em dados da ANAC

PETRÓLEO E GÁS

Menos de

10%

da produção está com o setor privado



Fonte: ANP – Boletim da Produção de Petróleo e Gás – junho 2017

SANEAMENTO

Companhias privadas representam apenas

6,3%

do total de empresas e

8,5%

do mercado consumidor



Fonte: SNIS 2015

Pará, em Belém (GLP e grânéis líquidos) e em Vila do Conde (grânéis líquidos); no Paraná, em Paranaguá (grãos); e no Espírito Santo, em Vitória (grânéis líquidos). Além disso, o governo propôs a prorrogação antecipada do terminal de fertilizantes no porto de Itaqui (MA) e a autorização para ampliar a capacidade do terminal Agrovía do Nordeste, no porto de Suape (PE). Os leilões devem acontecer em 2018, conforme estimativa do governo.

INVESTIMENTO PÚBLICO É BAIXO

Entre 2000 e 2015, as Companhias Docas tiveram R\$ 14,6 bilhões para investir, mas desembolsaram apenas R\$ 4,3 bilhões, conforme dados da CNI. Para

Olavo Machado, presidente do Conselho Temático de Infraestrutura da CNI, os problemas nos portos brasileiros passam pela privatização das Companhias Docas. Segundo ele, o setor público já se mostrou incapaz de administrar os portos e responder com agilidade às oportunidades de mercado. "Existe consenso no Brasil de que o caminho para a superação do déficit em infraestrutura depende do aumento da participação privada, tanto na gestão quanto nos investimentos do setor", afirma Machado.

Wagner Cardoso, gerente-executivo de infraestrutura da CNI, afirma que, na logística do setor de transportes, ainda é preciso avançar mais no caso das Companhias Docas. "É como se fosse um

shopping, em que o síndico é a administração portuária e as lojas, os terminais portuários. As lojas são privadas e estão com a produtividade alta. Mas a administração é pública e não está preparada para dar o salto de qualidade que os portos brasileiros precisam", compara. Outros problemas no setor, segundo Cardoso, são a dificuldade na efetivação dos projetos de expansão e de melhoria da infraestrutura, em razão da falta de planejamento de longo prazo, da escassez de incentivos aos investidores privados e da lentidão do processo de licenciamento ambiental.

Conforme estudo divulgado pela CNI no ano passado, entre 2001 e 2015, a quantidade de cargas movimentadas nos

PELO MUNDO

Conheça a regulação e o uso da água no Brasil e em outros países

CANADÁ

- Manejo integrado dos recursos hídricos (federal, provincial, territorial)

EUA (CALIFÓRNIA)

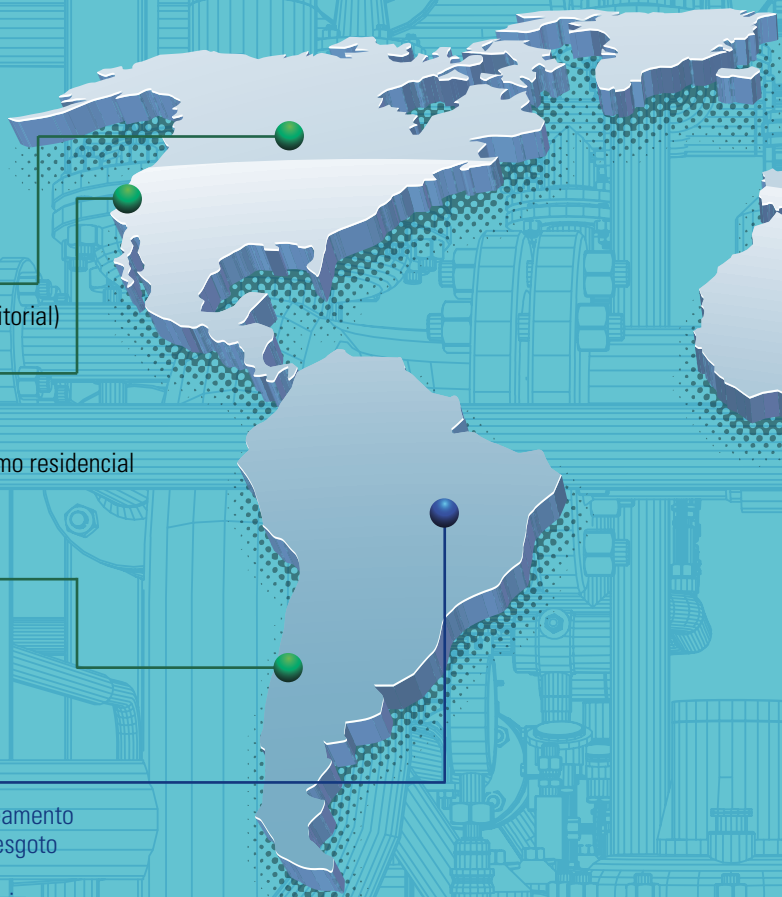
- Planejamento de longo prazo
- Reuso da água
- Conscientização da comunidade e busca de eficiência do consumo residencial
- Investimentos condizentes com os gargalos a serem superados
- Maior participação do setor privado

CHILE

- Grande participação do setor privado (94%)
- Regulação independente da produção
- Adequação tarifária pautada em indicadores de eficiência
- Racionalização dos subsídios estatais
- Modelo regional

BRASIL

- 83% da população possuem atendimento da rede pública de saneamento
- 50% da população brasileira têm acesso ao serviço de coleta de esgoto
- 37% média de perdas na distribuição de água no país
- 35% perdas de faturamento totais em 2015 em razão do desperdício
- 40% do esgoto gerado são tratados



portos do Brasil dobrou, saltando de 506 milhões de toneladas para 1 bilhão de toneladas por ano. Atualmente, todos os terminais portuários no Brasil são operados pela iniciativa privada, totalizando 237 áreas arrendadas em portos públicos e 154 terminais de uso privado (TUPs). Apesar dos avanços observados nos últimos anos no setor, o maior porto brasileiro, o de Santos (SP), aparece apenas na 38ª posição no mundo no quesito movimentação de contêineres.

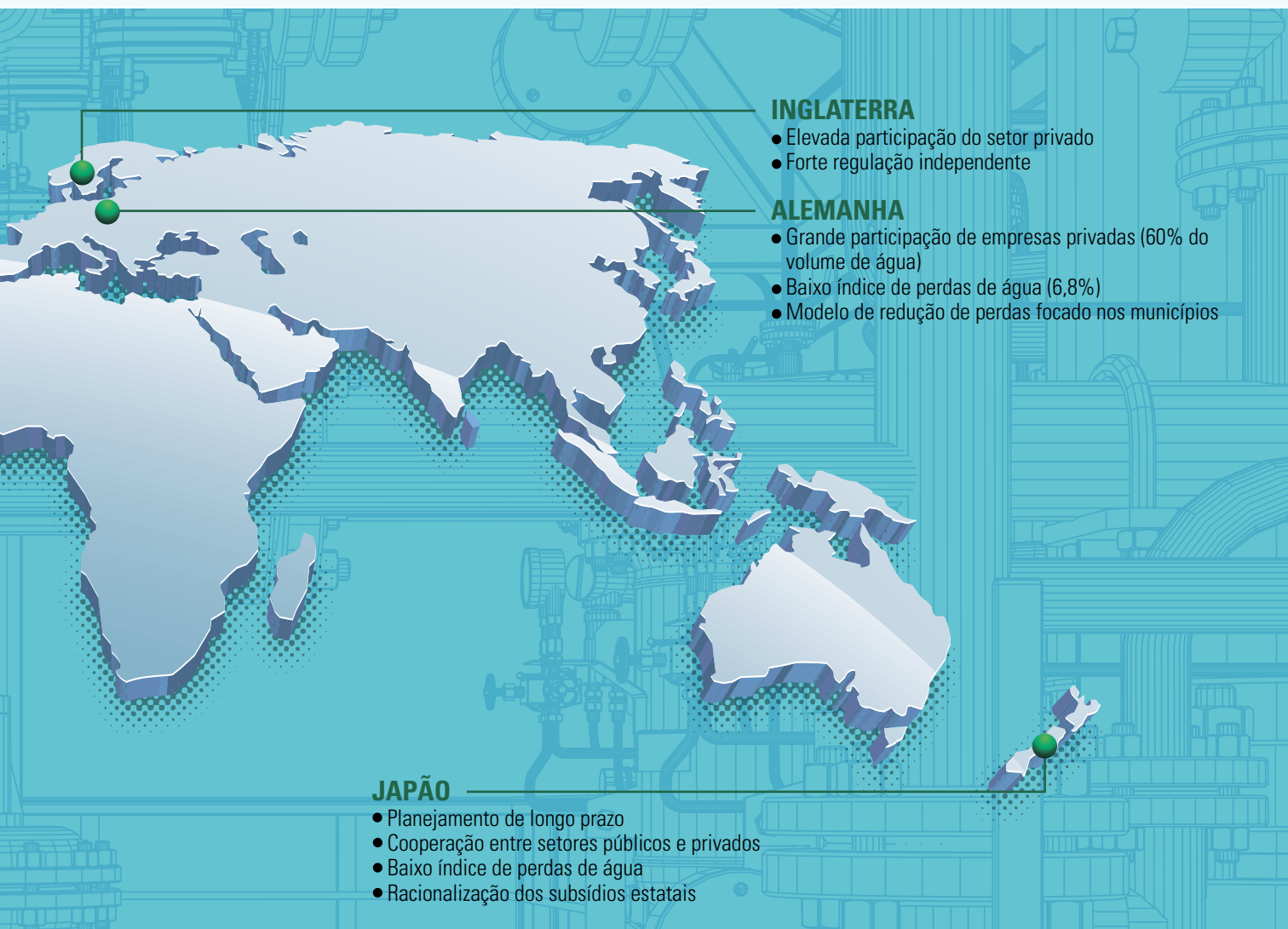
RANKING GLOBAL

Quanto à qualidade da infraestrutura portuária, o Brasil aparece apenas na 123ª colocação no ranking de infraestrutura geral e portuária do Fórum

Econômico Mundial, que avalia 140 países. Em vigor há quatro anos, a Lei de Portos é considerada, em geral, positiva pelo setor produtivo. Desde sua edição, pelo menos 40 novos terminais privados foram autorizados; antes, a média era de apenas uma autorização a cada três anos. Mas a CNI sugere outras ações para a melhoria do segmento, incluindo a transferência das administrações portuárias para a iniciativa privada e a conclusão do processo de revisão das poligonais dos portos organizados.

Para que a produção chegue aos portos, entretanto, é preciso ter também estradas em boas condições, o que contribuiria para elevar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado

internacional. Atualmente, 15% da malha rodoviária federal pavimentada é administrada pelo setor privado por meio de concessão, totalizando apenas 9.647 km. Nessa nova etapa do PPI, o governo incluiu mais dois trechos para serem concedidos ao setor privado. Um deles tem 806 quilômetros na BR-364, entre Porto Velho (RO) e Comodoro (MT), com investimentos estimados em R\$ 11 bilhões. O outro, de 624 km na BR-153, entre Anápolis (GO) e Aliança do Tocantins (TO). Esse último trecho foi leiloadado em 2014, mas a concessionária não cumpriu os investimentos previstos e o contrato foi encerrado. A previsão oficial é realizar os leilões dos dois trechos no último trimestre de 2018.



SAIBA QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS INICIATIVAS DE PRIVATIZAÇÃO NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA



GOVERNO FEDERAL PRETENDE VENDER 57 ESTATAIS E OBTER INVESTIMENTOS DE R\$ 44 BILHÕES NESTA SEGUNDA ETAPA DO PPI

RODOVIAS



- Licitação de trecho de 806 quilômetros da BR-364, entre Porto Velho (RO) e Comodoro (MT);
- **Relicitação** de trecho de 624 km da BR-153, entre Anápolis (GO) e Aliança do Tocantins (TO), leiloado durante o governo Dilma Rousseff, em 2014, porém com contrato encerrado porque a concessionária vencedora não cumpriu os investimentos previstos;
- Em ambos os casos, a previsão oficial é realizar os **leilões** no último trimestre de 2018.

TERMINAIS PORTUÁRIOS



A **concessão** de 15 terminais portuários, que são áreas dedicadas à movimentação de carga.

Os terminais que irão a leilão ficam em:

- Belém (PA), para GLP e graneis líquidos;
- Vila do Conde (PA), para graneis líquidos;
- Paranaguá (PR), para grãos;
- Vitória (ES), para graneis líquidos.

AEROPORTOS E CONTROLE AÉREO



A previsão de investimentos para os aeroportos é de R\$ 6,4 bilhões. Os **leilões** devem acontecer no segundo semestre de 2018 e devem ser divididos em quatro blocos:

1. **Aeroporto de Congonhas** (SP), o segundo maior do país, com movimento de 21 milhões de passageiros por ano. O valor previsto é de R\$ 5,6 bilhões e deverá ser pago à vista, segundo o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;
2. O bloco do **Nordeste** incluirá os aeroportos de Recife (PE), Maceió (AL), João Pessoa (PB), Aracaju (SE), Juazeiro do Norte (CE) e Campina Grande (PB);

3. O bloco de **Mato Grosso** incluirá os terminais de Várzea Grande (MT), Rondonópolis (MT), Sinop (MT), Barra do Garças (MT) e Alta Floresta (MT);
4. Aeroportos de Vitória (ES) e de Macaé (RJ);

O governo também pretende vender a **participação** dos 49% que possui, por meio da Infraero, nos aeroportos de Guarulhos (SP), Brasília (DF), Confins (MG) e Galeão (RJ). Os atuais sócios terão prioridade;

O governo também avalia passar à iniciativa privada o serviço de **controle** do espaço aéreo, que atualmente está sob administração da Força Aérea Brasileira.



ENERGIA ELÉTRICA



Constam da lista o leilão de **11 lotes** de linhas de transmissão de energia, além de subestações. Os lotes estão distribuídos em dez estados: Bahia, Ceará, Pará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Tocantins.

ELETROBRAS



O governo informou que a redução da participação do governo na empresa será feita por meio de **emissão de papéis** pela estatal, sem subscrição da União que, com isso, perderá o controle acionário.

CASA DA MOEDA E LOTERIAS



Também estão no programa de desestatizações a empresa responsável pela produção de notas de real e passaportes e o braço de loteria instantânea da Caixa Econômica Federal, a Lotex, cuja **concessão** já havia sido anunciada em setembro de 2016 e com a qual o governo informou, agora, que espera obter uma receita de, pelo menos, R\$ 1 bilhão.

ÓLEO E GÁS



Foi aprovada a terceira rodada de concessão de blocos no pré-sal, que deve acontecer no quarto trimestre deste ano, e a **15ª rodada** de blocos para exploração e produção.

ÁREA AGRÍCOLA



O governo pretende vender as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (**Ceasa/MG**) e a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais S.A. (**Casemg**).

O QUE AINDA PODE SER FEITO

- Privatização de empresas estaduais de **saneamento**;
- Mudanças na legislação para agilizar a concessão de **licença ambiental**;
- Fortalecimento das agências reguladoras.

DESAFIO É COMBINAR FORÇAS DOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO

DEPUTADO JOÃO PAULO PAPA, PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO DE SANEAMENTO AMBIENTAL, REIVINDICA AÇÕES COORDENADAS PARA DIRIMIR O DÉFICIT NO SETOR

Num país de grandes dimensões territoriais como o Brasil, os problemas da área de infraestrutura não podem ficar sob responsabilidade de apenas um setor, seja público ou privado, afirma o deputado João Paulo Papa (PSDB-SP), presidente da Subcomissão Permanente de Saneamento Ambiental da Câmara dos Deputados. Para ele, “o desafio para a política pública é combinar as forças de cada setor e mirar a infraestrutura para fazer o Brasil crescer”. Segundo Papa, são necessárias várias iniciativas coordenadas para que o saneamento, se transforme em uma questão nacional e seja resolvido o mais breve possível.

Qual é a importância das medidas propostas pelo governo na área de infraestrutura, como a privatização da Eletrobras?

As iniciativas, que precisam ser cuidadosamente discutidas pela sociedade, pelo Parlamento e pelo setor produtivo,

têm como primeiro mérito colocar a questão da infraestrutura no centro da agenda política do país. Para retomar o crescimento econômico, precisamos vislumbrar avanços em portos, aeroportos, estradas, ferrovias, saneamento e energia elétrica. Esses avanços, numa sociedade e num território imensos, diversos e desiguais, certamente não podem ficar sob responsabilidade de um setor apenas, seja público ou privado. O desafio para a política pública é combinar as forças de cada setor e mirar a infraestrutura para fazer o Brasil crescer. O caso da Eletrobras é ilustrativo: um setor estratégico, que precisa tanto da regulação do Estado quanto da eficiência privada.

O que ainda pode ser feito pelo governo e pelo Congresso até 2018 na área de infraestrutura para estimular a economia?

Executivo e Parlamento, em seus diferentes papéis, podem priorizar a agenda da

infraestrutura, sinalizando para o setor produtivo e a sociedade que o país pode ter as bases para avançar na retomada do crescimento. Eu acredito que, neste momento de instabilidade política, uma agenda capaz de unir os brasileiros é a da infraestrutura. O Parlamento tem oferecido importantes contribuições, como a aprovação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e a reforma trabalhista, para ficarmos em dois exemplos que estimulam fortemente a retomada da economia.

E o que mais?

Há também uma intensa agenda parlamentar em curso ligada a setores específicos, como a química, o saneamento, a logística, os portos e a tecnologia da informação, desenvolvida por meio de frentes parlamentares e subcomissões. Muitas vezes, sem muito alarde ou atenção da imprensa, essas agendas conquistam importantes avanços para a economia.



Os municípios têm que apresentar logo seus planos de saneamento, diz Papa

De que maneira essas medidas podem contribuir para aumentar a competitividade da indústria brasileira?

Um exemplo concreto é a articulação em torno do setor químico. O Brasil deixou de produzir metanol para importar metanol, um retrocesso. Isso porque a indústria brasileira não pode se valer do que seria um impulso para sua competitividade, que é o gás natural como matéria-prima. Na Frente Parlamentar da Química, o uso do gás natural como matéria-prima tornou-se uma agenda prioritária e estamos trabalhando na criação de uma política emergencial para estancar a perda de competitividade da nossa indústria.

E na área de saneamento, o que ainda pode ser feito?

Uma medida é a aprovação de uma fórmula que efetive o recém-criado Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (REISB). Existem dois projetos de lei em

tramitação que podem resolver esse impasse, um de autoria do senador José Serra (PSDB-SP) e outro de minha autoria. Com o novo regime em vigor, as companhias de saneamento poderiam ampliar seus investimentos. Soluções importantes também podem surgir a partir de parcerias público-privadas bem estruturadas. A universalização dos serviços é um objetivo tão grandioso que o setor privado não pode ser distanciado desse desafio nacional. Também é essencial buscarmos a adesão dos municípios, titulares dos serviços públicos de saneamento, às políticas públicas voltadas para o setor.

De que maneira a União pode dar apoio aos municípios para que estes elaborem seus planos de saneamento?

Esse é um tema sobre o qual a Subcomissão de Saneamento Ambiental tem trabalhado desde 2015. Temos apenas um terço das cidades com seus

planos concluídos e o prazo para a apresentação é 31 de dezembro de 2017. A partir dessa data, os municípios sem plano ficarão impedidos de acessar recursos para saneamento. Em virtude desse cenário, o programa *Avançar Cidades Saneamento* destacou, em seu escopo, a questão da elaboração dos planos.

As cidades terão recursos para isso?

Há recursos para fazer os planos de todas as cidades. Na subcomissão, estamos chamando a atenção dos governadores para a situação específica de seus estados em relação aos planos — por mais que a tarefa seja dos prefeitos, sabemos que os Executivos estaduais têm meios de dialogar com as cidades. Também estamos trabalhando com entidades como o Instituto Trata Brasil e a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) na divulgação da importância dos planos para as cidades e para a universalização do saneamento no país.

MUITO ALÉM DA VENDA DA ELETROBRAS

ESPECIALISTAS DIZEM QUE A LIBERALIZAÇÃO DO MERCADO, COM O ESTÍMULO À LIVRE NEGOCIAÇÃO, DEVE TRAZER VANTAGENS PARA OS CONSUMIDORES, AINDA QUE PERSISTAM DÚVIDAS SOBRE AS REGRAS

Embora a privatização da Eletrobras tenha sido o ponto de maior destaque na imprensa em relação às mudanças apresentadas pelo governo para o setor elétrico, a proposta de um novo marco regulatório para o setor busca reduzir questionamentos na Justiça, estimular novos investimentos privados, incentivar a autoprodução e aumentar a transparência. “Ela traz uma série de avanços para a comercialização de energia no setor elétrico, mais voltadas para a liberalização do mercado”, resume Nelson Fonseca Leite, presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

A proposta, apresentada ao setor por meio de consulta pública encerrada em 17 de agosto, propõe regras de mercado com menor intervenção estatal, explica Leite. No caso da autoprodução, comum entre as grandes empresas consumidoras

de energia, o governo propõe que o autoprodutor seja caracterizado como um tipo de consumidor livre, garantido a ele o acesso às redes de transmissão e distribuição de energia. Também são propostas regras para a incidência de encargos setoriais sobre o consumo líquido, definido como a parcela do consumo total não atendida pela energia autoproduzida.

NOVOS LIMITES DE ACESSO

O governo também propõe a redução dos limites para acesso ao mercado livre, buscando tornar esse mercado mais acessível aos consumidores. Hoje, o mercado de energia no Brasil está dividido em Ambiente de Contratação Regulada (ACR), onde estão os consumidores cativos, e Ambiente de Contratação Livre (ACL), formado pelos consumidores livres. Consumidores cativos são aqueles que compram a energia das

concessionárias de distribuição às quais estão ligados. Cada unidade consumidora paga apenas uma fatura de energia por mês, incluindo o serviço de distribuição e a geração da energia, e as tarifas são reguladas pelo governo.

São classificados como consumidores livres aqueles que comprem diretamente dos geradores ou comercializadores, por meio de contratos bilaterais com condições livremente negociadas, como preço, prazo e volume. Cada unidade consumidora paga uma fatura referente ao serviço de distribuição para a concessionária local (tarifa regulada) e uma ou mais faturas referentes à compra da energia (preço negociado de contrato). O governo quer uma abertura gradual do mercado até 2028.

“A razão para essa abertura parcial e conservadora é evitar uma transição muito acelerada sem a adequada



Deve haver um incremento dos consumidores livres, que podem negociar diretamente com geradores ou comercializadores

preparação e adaptação dos instrumentos e elementos de coesão que garantam a sustentabilidade dessa abertura”, segundo o Ministério de Minas e Energia numa das notas técnicas sobre o tema. Pelo texto, os consumidores de carga igual ou maior que 3.000 kW, atendidos em qualquer tensão, terão liberdade para escolher seu fornecedor. A partir de 2020, essa carga cairá para 2.000 kW e depois, gradualmente, será reduzida gradualmente até 75kW em 2028.

O governo propõe, também, medidas para reduzir o custo da transmissão de energia, por meio da possibilidade de criação de uma liquidação centralizada da transmissão. Pela proposta, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica poderia ter esse papel de centralizadora dos contratos de transmissão. Também são propostas regras para dar mais

transparência à formação dos preços de energia elétrica e de redução dos custos na geração de energia, também por meio da centralização dos contratos, o que permite ter uma administração mais eficiente e, portanto, mais barata.

CONSULTA PÚBLICA

O Ministério de Minas e Energia estima que a proposta final, com a inclusão de sugestões apresentadas na consulta pública, deve ser divulgada até o final do ano. Mas algumas empresas já tentam identificar como essas mudanças afetam sua operação. Segundo Carlos André Carvalho, gerente de desenvolvimento sustentável da Grendene, para quem está no mercado livre não haverá grande impacto no custo porque o valor da energia já é contratado.

Para César Borges de Sousa, vice-presidente da Caramuru Alimentos, a

proposta de redução dos limites de carga mínima para migração de unidades consumidoras para o mercado livre é muito tímida e lenta pelo cronograma proposto. “O modelo sugerido pode nos limitar quanto à intenção de investimentos em novas cogerações para produção concentrada e ao consumo nos armazéns que, em sua maioria, possuem carga menor que 500 kW”, afirma Sousa.

O executivo da Caramuru também ressaltava as incertezas geradas pela proposta de criar uma centralizadora de contratos de energia elétrica para as distribuidoras com o objetivo de redução de assimetrias do custo de energia. “Como será a concorrência para as aquisições de energia neste modelo? Realmente promoverá redução de custos ou contribuirá para aumento dos mesmos?”, indica Sousa. São questões que o debate sobre o novo modelo precisa responder.

GOVERNO QUER ARRECADAR R\$ 20 BILHÕES COM A VENDA DA ELETROBRAS

EMPRESA TEM 233 USINAS, SOMANDO HIDRELÉTRICAS,
TERMOELÉTRICAS, SOLARES, EÓLICAS E NUCLEARES

ELETROBRAS EM NÚMEROS



24.539

COLABORADORES



46,856 GW

É A CAPACIDADE DE
GERAÇÃO DE ENERGIA

correspondente a **31%** da
capacidade brasileira



62.387 KM

DE TRANSMISSÃO
COM TENSÕES
ACIMA DE 230 KV

47% do total brasileiro



MAIS DE
4 MILHÕES

DE CLIENTES
ATENDIDOS EM

463

MUNICÍPIOS
BRASILEIROS



47

HIDRELÉTRICAS



114

TERMOELÉTRICAS



2

TERMONUCLEARES



69

EÓLICAS



1

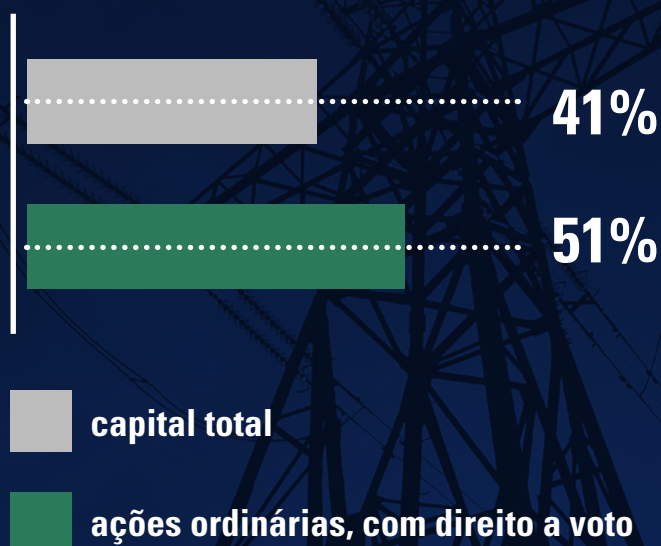
SOLAR

VALOR DE MERCADO DA EMPRESA:

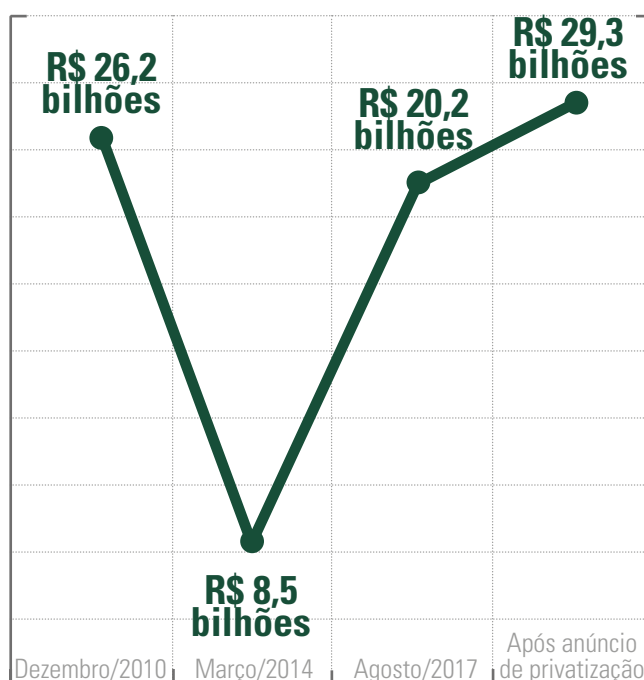
R\$ 29,3 BILHÕES

DADO DE 22 DE AGOSTO DE 2017

PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO:



QUANTO VALE A ELETROBRAS



O QUE NÃO SERÁ PRIVATIZADO

- COMPLEXO DE ANGRA DOS REIS (USINAS NUCLEARES)
- ITAIPU BINACIONAL
- PROGRAMAS SOCIAIS
(como o Luz para Todos e o Procel, de conservação de energia)

CONSUMIDOR GANHARÁ COM NOVAS REGRAS NO SETOR DE ENERGIA

REGINALDO MEDEIROS, PRESIDENTE DA ABRACEEL, ELOGIA AS PROPOSTAS DO GOVERNO, MAS CRITICA A ESTRATÉGIA DE PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS, QUE BUSCA UM BÔNUS FISCAL E ONERA DUPLAMENTE OS CONSUMIDORES

As medidas propostas pelo governo para mudar o marco regulatório do setor de energia estão na direção correta e vão ajudar, no futuro, a reduzir o preço desse tipo de serviço. Essa é a opinião de Reginaldo Almeida de Medeiros, presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (ABRACEEL). “Essa abertura do mercado vai dar ao consumidor o direito de escolha. Outros países, que são competidores do Brasil no mercado internacional, já fizeram ou estão fazendo reformas dessa natureza”, diz Medeiros. Para ele, o principal benefício virá da racionalidade econômica.

Como o senhor avalia as mudanças propostas pelo governo para o setor de energia, que prevê inclusive um pequeno aumento nas tarifas?

Primeiro precisamos nos perguntar a quem interessam essas mudanças. O consumidor é o principal beneficiado pelas alterações apresentadas pelo governo por

meio de consulta pública. Essa abertura do mercado vai dar ao consumidor o direito de escolha. Outros países, que são competidores do Brasil no mercado internacional, já fizeram ou estão fazendo reformas dessa natureza. Em última análise, as medidas propostas diminuirão o preço da energia elétrica para os consumidores.

Como funciona em outros países?

Nos Estados Unidos, a regulação do setor é estadual. Alguns estados privatizaram os serviços e outros não, o que resultou em queda de preços em uns e alta em outros, que não abriram o mercado. Nos últimos 17 anos isso deu uma diferença de 14% em favor do consumidor. Aqui no Brasil, o consumidor industrial, que foi para o mercado livre, criado há 14 anos, comprou energia 21% mais barato do que se tivesse ficado no mercado cativo das distribuidoras. Portanto, o movimento do governo vai favorecer o consumidor no longo prazo. Não acredito em

aumento de tarifa. Pelo contrário, as experiências internacionais e do mercado livre no Brasil indicam que haverá redução de preço de energia para o consumidor final.

Mas o Ministério de Minas e Energia estimou que haverá um aumento médio de 7% no início do novo modelo.

Da forma como está sendo proposta a privatização da Eletrobras, circunstancialmente, pelo fato de o consumidor já ter pago pela amortização dos investimentos iniciais nas usinas, haverá uma elevação da tarifa num primeiro momento, mas porque o consumidor pagará de novo um prêmio pela privatização. Ou seja, isso tem a ver com a forma como o governo fará a privatização da estatal. O correto seria fazer a privatização deixando a renda hidráulica das usinas amortizada para abater da tarifa dos consumidores. Mas o governo quer fazer a



Medeiros diz que consumidor americano ganhou com a privatização

privatização com a arrecadação de um bônus. É como se o consumidor pagasse duas vezes. É simplesmente isso: o governo optou por arrecadar.

O que é a renda hidráulica?

É a diferença do preço do mercado de uma usina que já foi amortizada – e todas essas da Eletrobras já foram – e o custo de operação dessas usinas. O grande custo para uma hidrelétrica é o investimento inicial. Como elas já foram amortizadas, o custo já foi todo pago. E o governo está vendendo o direito aos empreendedores que adquirem as usinas a venderem a energia pelo preço do mercado e ficarem com a renda hidráulica. Por isso estão pagando um prêmio cujo custo será repassado aos consumidores.

Considerando a forma como o governo está propondo o novo marco legal, qual o impacto para sociedade?

Todos os consumidores serão beneficiados no longo prazo porque o governo está indo para a racionalidade econômica. O sistema atual criou uma série de distorções que fizeram com que, ao longo do tempo, os preços da energia, devido às ineficiências do modelo, acabassem caindo sempre para o consumidor. Quando foi feita a Medida Provisória 579 (que permitiu a renovação antecipada de contratos de concessão e reduziu as tarifas), se colocou essa renda hidráulica no consumidor, mas se colocou nele também o risco hidráulico, o qual ele não consegue gerenciar. O correto é deixar esse risco para o empreendedor gerenciar. Afinal, esse risco está relacionado à maior ou menor quantidade de água e as empresas conseguem gerenciar isso. Quando se transfere para o consumidor, se há um período hidrológico ruim, o consumidor vai pagar muito caro pela energia porque ele não consegue gerenciar isso.

A proposta que o governo colocou em consulta pública dá o sinal correto para o consumidor, retirando uma série de subsídios e distorções das tarifas de energia elétrica.

Além do que o governo está propondo, o que mais pode ser feito até 2018?

É importante que se aprove, neste ano, o marco legal. Depois essas medidas precisam ser detalhadas. E esse detalhamento precisa ser discutido com o setor porque ainda há muitos aspectos a serem resolvidos. Esse novo marco regulamenta também a energia do futuro, com mais eficiência e produtividade. Hoje existem 183 mil consumidores de alta tensão, mas somente 12 mil têm acesso ao mercado livre. Essas medidas são fundamentais para dar acesso a toda a indústria a esse mercado, o que vai contribuir para reduzir os preços de energia no longo prazo.



Foto: Miguel Ângelo/CNI

PARA CRESCER, BRASIL MIRA COMÉRCIO INTERNACIONAL

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) promoveu, em Brasília, evento que teve a participação do diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), embaixador Roberto Azevêdo, e do diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi. Para Azevêdo, algumas formas de estimular o comércio passam pela racionalização ou redução da carga tributária, do custo do trabalho e da burocracia, além do enfrentamento à corrupção. Abijaodi, por sua vez, registrou que o comércio exterior é peça fundamental na recuperação econômica brasileira, pois contribui para tornar as empresas mais produtivas e competitivas.

INDÚSTRIA BRASILEIRA QUER AMPLIAR AGENDA ECONÔMICA COM O JAPÃO

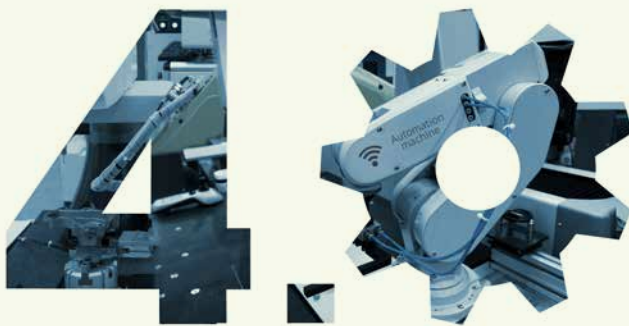
Para estreitar relações comerciais e implementar uma agenda de acordos bilaterais, a CNI e sua homônima japonesa Keidanren, com o apoio da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), realizou, em Curitiba, a 20ª Reunião Conjunta do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão. Em 2016, o país asiático respondeu por 2,5% das exportações e 2,6% das importações brasileiras. Para o Japão, no entanto, o Brasil ainda é um parceiro comercial de peso relativamente menor. No ano passado, apenas 0,5% das exportações japonesas tinham como destino o Brasil, país do qual os asiáticos compraram apenas 0,7% de suas importações.



Foto: Divulgação

SEIS RAZÕES QUE FAZEM DO SENAI UMA DAS MELHORES EDUCAÇÃO DO MUNDO

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é o maior complexo de educação profissional e tecnológica das Américas e trabalha para oferecer a seus alunos, em todo o país, as mais avançadas práticas pedagógicas. Em especial, há seis ferramentas que se destacam na metodologia de aprendizagem empregada: uso de aplicativos de *tablet* ou de celular, para dar dinâmica ao aprendizado; educação interativa, com material digital que permite simular máquinas e ambientes de processos produtivos; estímulo à inovação e ao empreendedorismo, por meio de projetos; competições nacionais e internacionais; educação a distância; e formação do profissional do futuro, por meio de cursos voltados à chamada indústria 4.0.



INOVAÇÃO É TEMA DA 3ª TEMPORADA DO PROGRAMA FUTURA PROFISSÃO

O Canal Futura, em parceria com o SENAI e o Serviço Social da Indústria (SESI), lançou, em agosto, a terceira temporada do *Futura Profissão*. Com o tema “inovação”, a série, composta por 18 episódios de 26 minutos cada, oferece ao público informações e conteúdo sobre os desafios que as novas profissões e as inovações tecnológicas da indústria exigem e quais as competências e habilidades necessárias na formação dos jovens. O programa é exibido em versão inédita às quintas-feiras, às 22h30, com reprise às sextas, às 16h30; aos sábados, às 15h; aos domingos, às 7h; e às quintas, às 18h.



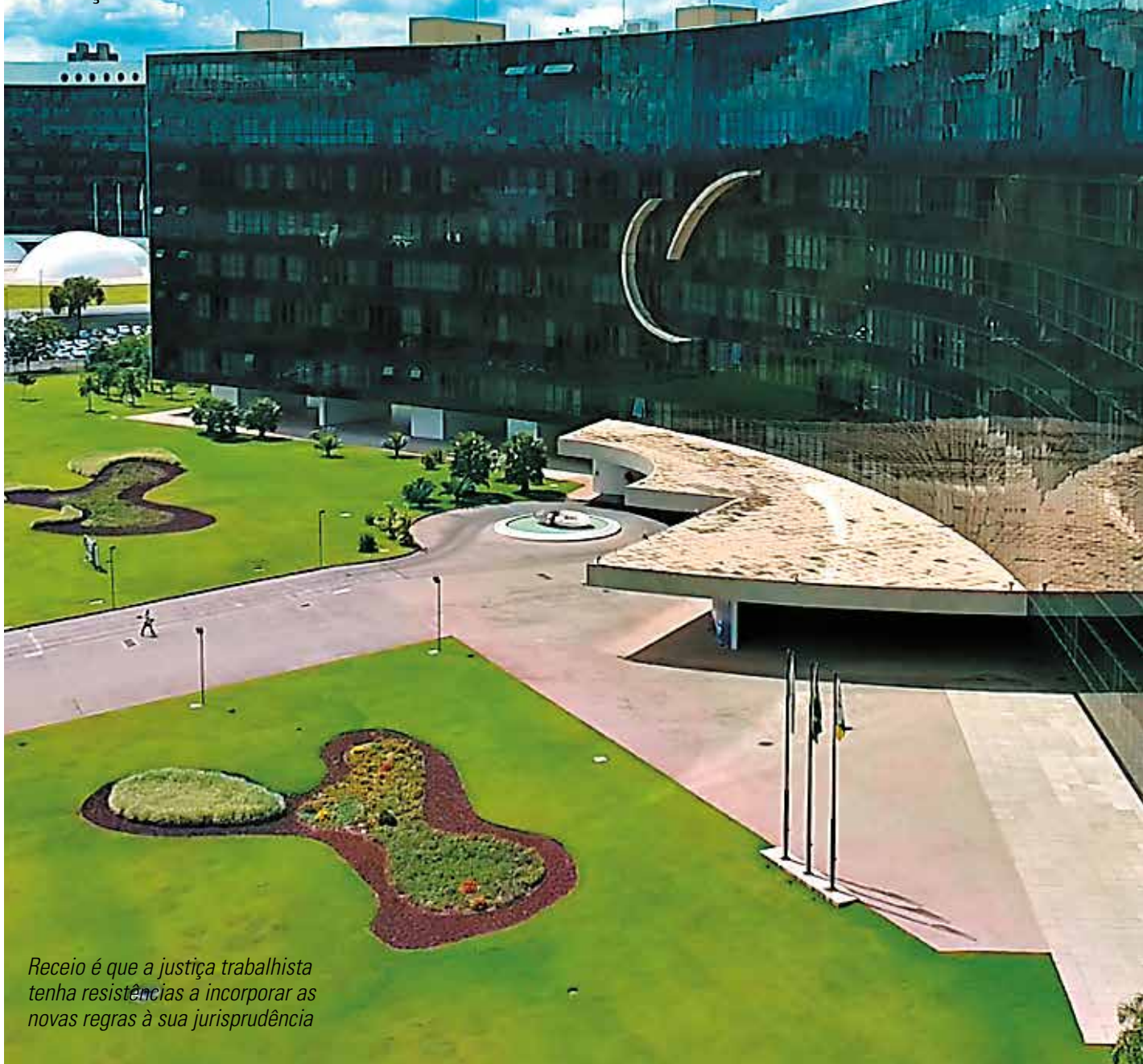
RELATÓRIO DA CNI REÚNE MELHORES PRÁTICAS NA PROTEÇÃO DE DADOS

A CNI, em parceria com a Câmara de Comércio dos Estados Unidos e o Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (Cebeu), divulgou relatório que identifica quais são os pontos relevantes para uma ação eficiente e equilibrada de órgãos responsáveis pelo cumprimento de leis sobre privacidade e proteção de dados. Apesar de possuir um marco civil para a internet, o Brasil ainda discute uma legislação própria que garanta a proteção da privacidade e de dados pessoais, sem limitar o desenvolvimento de novas tecnologias e modelos de negócios, como acontece em outros países desenvolvidos.



OS DESAFIOS NA APLICAÇÃO DA NOVA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

JURISTAS E ESPECIALISTAS COMENTAM PONTOS POSITIVOS E POSSÍVEIS QUESTIONAMENTOS À LEI QUE PROMETE MODERNIZAR AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO PAÍS A PARTIR DE NOVEMBRO DESTE ANO



Receio é que a justiça trabalhista tenha resistências a incorporar as novas regras à sua jurisprudência

TST
TRIBUNAL SUPERIOR
DO TRABALHO

CSJT
CONSELHO SUPERIOR
DA JUSTIÇA DO TRABALHO

A Lei nº 13.467/2017, que alterou mais de 100 dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entrará em vigor em novembro e traz, como principal mudança, que os acordos entre empresas e trabalhadores do país passarão a ser regidos por regras alinhadas às formas contemporâneas de trabalhar e de produzir, podendo ser negociadas sob amparo das novas regras. Esse é o espírito da legislação que, segundo avaliação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), bem como de juristas e especialistas, passa a prestigiar o diálogo entre empresas e trabalhadores na busca por soluções mutuamente benéficas para o seu dia a dia. E mais: sem reduzir ou excluir direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal.

Para o presidente do Conselho Temático de Relações do Trabalho da CNI,

Alexandre Furlan, é fundamental que empresas, trabalhadores e a população em geral tenham clareza sobre o que vai mudar. Ele ressalta que é fundamental que as normas recém-aprovadas sejam aplicadas com responsabilidade. “Temos trabalhado para fortalecer e articular nossas redes para difundirmos informações corretas. É preciso contrapor as notícias falsas que têm circulado, explicando bem a nova lei e as mudanças que ela promoverá na prática para a sociedade de maneira geral”, afirma.

Há, todavia, segundo os analistas, temas pouco claros que poderão chegar à Justiça até as lacunas serem devidamente reguladas por lei. Há questionamentos sobre a possibilidade de contratação de autônomos ou sobre o trabalho de gestantes e lactantes em ambientes insalubres. Além desses, há ainda a alteração da natureza jurídica de determinadas verbas que atualmente têm caráter salarial e que passarão a ser consideradas indenizações, como abonos, prêmios, ajudas de custo e diárias.

Para os especialistas, a reforma traz muitos benefícios ao país ao facilitar a captação de investimentos, estimular o empreendedorismo e reduzir os custos para a gestão de um negócio. “Afinal, há um desestímulo para a instalação de novos empreendimentos em regiões com índices elevados de judicialização das relações de emprego, em uma lógica na qual os procedimentos criam instabilidade na gestão empresarial”, destaca Wilson Sales Belchior, do escritório Rocha, Marinho e Sales Advogados. Para Belchior, a reforma trabalhista veio para ajudar na recuperação social e econômica do país. Ele entende que é preciso “desencorajar o acesso descontrolado à Justiça do Trabalho”.

Já o sociólogo José Pastore acredita que a nova legislação trabalhista

reduzirá, em curto prazo, os gastos de empresas com ações judiciais. No médio prazo, avalia, poderá aumentar o número de contratos em regimes que a reforma passou a regulamentar, como o do trabalho intermitente ou teletrabalho (home office), contratação de autônomos e terceirização de atividade-fim. “Isso vai otimizar o tempo e elevar a produtividade, o que estimulará o investimento e a geração de emprego”, pontua.

Para a desembargadora aposentada Maria Aparecida Pellegrina, a maioria das mudanças nos artigos da CLT ajudará a recuperar o país do quadro de emprego atual. “Merecem aplausos, entre outros itens, a rescisão de contrato de trabalho por acordo mútuo e a questão de planos de cargos e salários que po-

legislado para a visão estratégica dos departamentos de gestão de pessoas. Atualmente, as empresas encontram um quadro rígido de obrigações em temas como férias, jornada de trabalho ou remuneração. Com a possibilidade de negociar esses assuntos com mais liberdade, apresenta-se um novo horizonte e uma nova maneira de se pensar as relações de trabalho”, acentua.

No tocante ao trabalho intermitente, que passa a ser regulamentado, a advogada Ana Paula Barbosa Pereira, especialista em direito trabalhista, diz que as regras para o tema merecem destaque, por se tratar de modalidade de prestação de serviços usualmente praticada no contexto atual.

“Em razão das amarras ao texto da CLT, o trabalho intermitente só podia ser contratado na informalidade. Essa hipótese, contudo, desprivilegia não só o trabalhador, que deixa de receber verbas de natureza trabalhista constitucionalmente garantidas, mas impacta consideravelmente na economia do

país, que encontra, nos meios informais de trabalho, um entrave para o crescimento do PIB nacional”, afirma Ana Paula.

Quanto à jornada de trabalho, o advogado Alexsander Fernandes de Andrade, sócio da DGCGT Advogados, entende que ela deveria mesmo “ser revisitada” e flexibilizada atendendo às necessidades das partes interessadas. Ele explica que, “entre os inúmeros itens, a falta de regulamentação do trabalho remoto (home office), que é uma tendência mundial, gerava insegurança jurídica às empresas que praticavam a modalidade de trabalho a distância e corriam o risco de serem demandadas pelo pagamento de horas extras”. Para ele, a reforma trabalhista é, em grande parte, positiva e traz oxigenação à legislação em vigor, “que estava defasada e distante das necessidades do atual mercado”.

“Há um desestímulo para a instalação de novos negócios em regiões com índices elevados de judicialização das relações de emprego.”

Wilson Sales Belchior, Sócio do escritório
Rocha, Marinho e Sales Advogados

dem ser revistos e atualizados por meio de negociações entre empresas e trabalhadores, sem necessidade de homologação sindical ou registros destes no sindicato ou no Ministério do Trabalho”, destaca a magistrada.

No mesmo sentido, José Márcio Carmargo, professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, considera que a nova lei vem para proteger trabalhadores em situação de informalidade ou precariedade. “Entre os 20% mais pobres, a taxa de desemprego é de 23%, e 61% dos empregos estão na informalidade”, diz.

João Fábio da Silva Fontoura, sócio do Bornholdt Advogados, vê, na nova lei, a chance de mudança na rotina das empresas. “Apenas para citar uma das inovações, é preciso imaginar o impacto da prevalência do negociado sobre o

MODERNIZAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Entenda as principais mudanças que entram em vigor em 11 de novembro



COMO ERA?

Convenções e acordos coletivos de trabalho

Constituição Federal reconhece convenções e acordos coletivos de trabalho, porém, anulações de cláusulas coletivas eram frequentes na Justiça do Trabalho, sem que fosse comprovado qualquer vício de consentimento (vontade) do trabalhador.

Controle de jornada

Toda empresa com mais de 10 empregados é obrigada a manter registro de ponto por meio manual, mecânico ou eletrônico, de acordo com especificações do Ministério do Trabalho.

Jornada 12x36

Não havia regulamentação de caráter geral para adoção dessa jornada. A jurisprudência (Súmula 444/TST) considera válido esse regime em caráter excepcional, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Negociação individual

A lei diz que as relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação entre empregado e empregador em tudo que não contrarie às disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes.

COMO FICOU?

Convenções e acordos coletivos de trabalho

A nova lei valoriza a regra constitucional da negociação coletiva, estabelecendo que o que for negociado entre as partes prevalecerá sobre o legislado, dentro do prazo máximo de 2 anos. **A prevalência valerá, por exemplo, quando se dispuser sobre jornada de trabalho, banco de horas anual, intervalo de almoço, remuneração por produtividade, troca de dia de feriado.**

Controle de jornada

Mantida a regra atual, **mas se permite a definição da modalidade de registro da jornada de trabalho por meio de negociação coletiva ou individual** (para o empregado portador de diploma de nível superior e que perceba salário mensal igual ou superior a duas vezes o teto máximo da Previdência).

Jornada 12x36

Por acordo individual escrito, convenção coletiva, ou acordo coletivo de trabalho, faculta às partes estabelecer horário de trabalho de 12 horas seguidas por 36 horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

Negociação individual

Mantém a livre definição das relações contratuais, acrescentando que os empregados com nível superior e salário igual ou maior que duas vezes o teto do INSS podem estipular, livremente, os termos de seu contrato, com a mesma eficácia dos instrumentos coletivos quanto às matérias que podem ser negociadas, como teletrabalho e banco de horas anual, entre outros.



Órgão de Apelação da OMC vai julgar recurso brasileiro, o que deve levar vários meses

OMC **CONDENA** PROGRAMAS DE INCENTIVO

AÇÕES PONTUAIS QUE BUSCAVAM COMPENSAR A INDÚSTRIA PELA SOBRECARGA TRIBUTÁRIA FORAM BARRADAS PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO; CNI E GOVERNO DISCUTEM RECURSO

Relatório da Organização Mundial do Comércio (OMC), divulgado no dia 30 de agosto, considerou inconsistentes sete programas da política industrial brasileira, quando aplicadas as regras internacionais. A fim de encontrar soluções para a decisão, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) discute, com os setores afetados e o governo federal, novas medidas de política industrial que sejam eficazes para o desenvolvimento da indústria, respeitem as regras da OMC e ofereçam segurança jurídica aos investidores.

“As empresas brasileiras e as estrangeiras que investem no Brasil precisam de instrumentos que tenham impacto real no desenvolvimento produtivo e estejam de acordo com as normas internacionais. A última coisa que o empresário precisa é de medidas pouco eficazes ou que podem ser questionadas no futuro”, avalia o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi.

O posicionamento da OMC impacta, principalmente, os setores automotivo, eletroeletrônico, siderúrgico, papel e celulose, mineração e sucroalcooleiro.

Abijaodi explica que parte dos programas condenados pela OMC foi criada para corrigir distorções decorrentes do próprio sistema tributário brasileiro. “A melhor forma de corrigirmos essa situação é realizando uma reforma tributária que amplie a competitividade da indústria”, afirma.

PROGRAMAS REPROVADOS

Os programas condenados são o Inovar-Auto (Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores), alguns que versam sobre tecnologia da informação (Lei de Informática, Programa de Incentivos ao Setor de Semicondutores), o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para TV Digital; e o programa de inclusão digital. Os dois últimos já não existem mais e o Inovar-Auto expira em novembro deste ano.

Para a OMC, os programas violam três regras importantes dos acordos internacionais: não atrelar subsídio a investimento no país; não exigir conteúdo local; e não tributar de forma diferenciada produtos importados e nacionais.

O organismo considera ilegal a política de incentivos fiscais aos setores de telecomunicações, automóveis e tecnologia, por afetarem empresas estrangeiras de forma “injusta”.

Iniciado em 2014, o processo constatou que as leis nacionais são “inconsistentes”, quando comparadas às regras internacionais, “ilegais”, do ponto de vista dos acordos assinados pelo Brasil, e que a isenção é, no fundo, um “subsídio proibido”.

No final de 2016, numa primeira instância, a OMC aceitou os argumentos do Japão e da União Europeia – demandantes na causa – e condenou a política industrial brasileira. Eles exigiam que as políticas de incentivos fiscais e de redução de IPI fossem abandonadas ou reformadas. Essa foi a maior derrota que o Brasil já sofreu na entidade.

O prazo para que o governo brasileiro possa recorrer ao Órgão de Apelação da OMC começou a contar no dia 19 de setembro. O país terá até 60 dias para protocolar o pedido. A apelação dará início a um novo exame do caso, que pode levar seis meses para uma decisão final.

SINAIS DE OTIMISMO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

AINDA SOB IMPACTO DA CRISE ECONÔMICA, SETOR ESBOÇA
MELHORA NAS EXPECTATIVAS PARA OS PRÓXIMOS SEIS
MESES, ANTEVENDO RETOMADA DE PROJETOS



Um dos setores mais impactados pela recessão dos últimos dois anos, a construção civil ainda sofre com queda na atividade e alta ociosidade. No entanto, com a economia dando sinais de que a crise fica para trás, o pessimismo entre o empresariado parece se dissipar diante da expectativa, enfim, de que novos projetos começarão a sair das pranchetas e passarão a movimentar os canteiros de obras, nos próximos meses.

Segundo a *Sondagem Indústria da Construção*, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a percepção de que há melhora no cenário atual e futuro animou o setor. Em julho, o índice de confiança do empresário da construção chegou a 50,3 pontos, alta de 1,9 ponto em relação a junho. Embora não signifique que os empresários estejam otimistas, o indicador vem acompanhado de outros dados que apontam para a volta de perspectivas positivas para o fim do ano.

Em relação aos próximos seis meses, as expectativas dos empresários se aproximaram da linha divisória dos 50 pontos — que separa o pessimismo do otimismo — em relação ao nível de atividade (49,8 pontos), novos empreendimentos e serviços (48,4 pontos), compras de insumos e matérias-primas (48,4 pontos), e de alta no número de empregados (48,2 pontos), na comparação com os dados de junho.

NOVO ÂNIMO

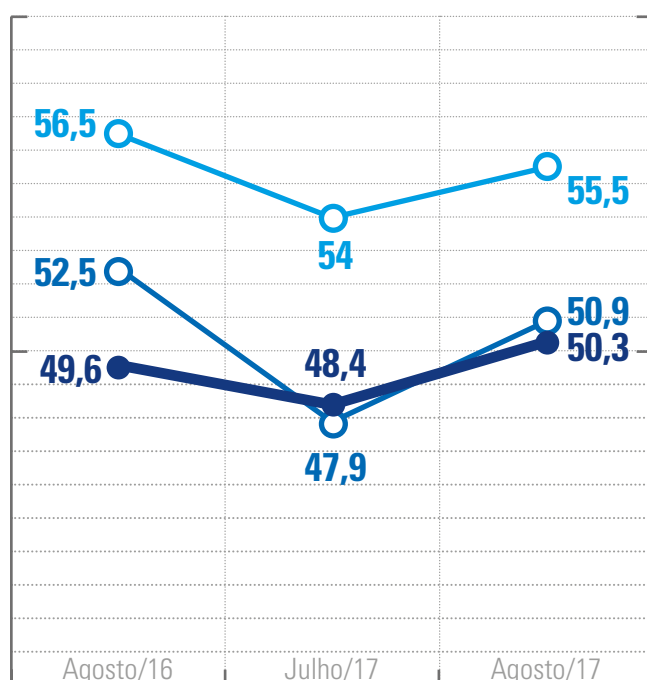
Apesar de incerto, o cenário apontado pela pesquisa deixa para trás o quadro de pessimismo mais acentuado que marcou o segundo trimestre do ano. A redução da taxa de juros e a tímida retomada do crescimento contribuíram para um salto de 3 pontos na expectativa em relação à economia (50,9 pontos). Quanto à perspectiva do desempenho da própria empresa, o empresário da construção demonstrou otimismo mais claro,

com o indicador em 55,5 pontos e alta de 1,5 ponto em relação ao mês anterior.

Os dados da construção civil refletem mais um trimestre difícil para o setor. O desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) para o período de abril a junho, anunciado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que o Brasil cresceu 0,2%, em relação ao trimestre anterior. A construção, por sua vez, recuou 2% no comparativo, registrando o 13º trimestre consecutivo de queda na atividade, puxada pela escassez de crédito imobiliário e por dificuldades financeiras de empresas do setor, apontou o IBGE.

A Sondagem da CNI indica que o setor iniciou o segundo semestre em queda, a despeito do ritmo menor que dos meses anteriores. Em relação a julho, o nível de atividade subiu 1,5 ponto (44,3 pontos). Assim, a utilização da capacidade de operação seguiu na mesma direção, crescendo de 55% para 56% de seu potencial.

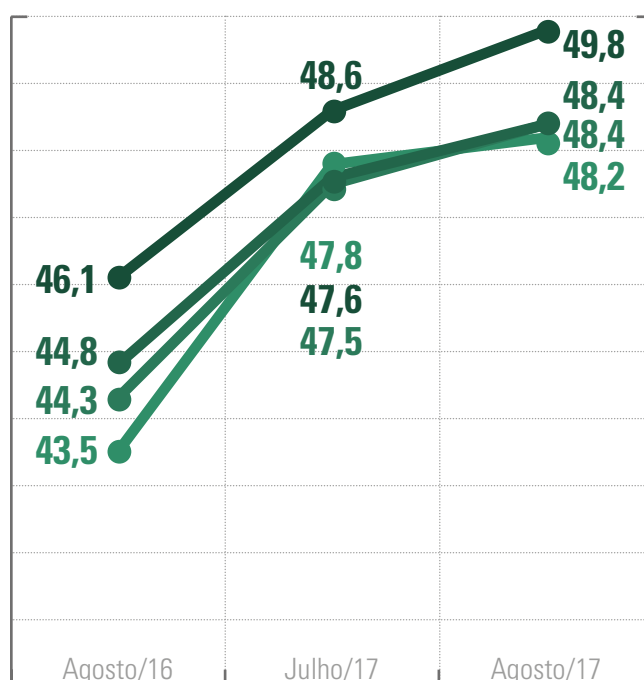
ÍNDICE DE CONFIANÇA (ICEI CONSTRUÇÃO)



- Índice de confiança (ICEI Construção)
- Economia brasileira
- Expectativa da empresa

Fonte: Sondagem Indústria da Construção – Ano 8 – Número 7 – Julho 2017

ÍNDICE DE EXPECTATIVA (SONDAGEM)

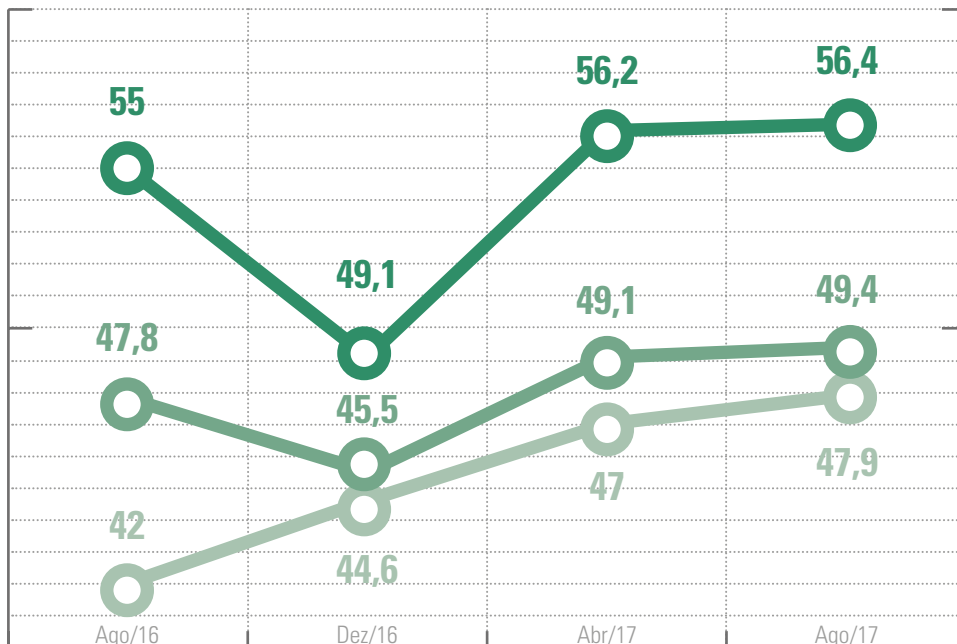


- Nível de atividade
- Novos empreendimentos
- Compra de insumos
- Número de empregados

DISPOSIÇÃO PARA INVESTIR É A MAIOR DESDE 2015

A indústria brasileira iniciou o segundo semestre com dados favoráveis, apesar de sinais de preocupação. Segundo a *Sondagem Industrial* de julho, o setor apresentou estabilidade no nível de produção em relação ao mês anterior, e começou a esboçar melhora no índice de emprego. Nesse aspecto, o indicador registrou 49,5 pontos, patamar que, embora ainda aponte retração, é a melhor marca desde março de 2014. Além disso, a disposição do empresário de investir chegou a 47,9 pontos, a maior desde março de 2015.

Evolução de expectativas nos últimos quatro trimestres



Fonte: *Sondagem Industrial* – Ano 20 – Número 7 – Julho 2017

● Demanda ● Número de empregados ● Intenção de investimento

CONSUMIDOR ESPERA QUEDA NO DESEMPREGO

O primeiro semestre se encerrou com queda da produção e do emprego na indústria. Segundo a *Sondagem Industrial* de junho, o indicador de evolução da produção ficou em 47,7 pontos e o de número de empregados foi de 47,6 pontos, apontando contração. Embora a redução frente a maio seja normal e o quadro geral seja negativo, há perspectiva de aumento da demanda, das exportações e de compra de matérias-primas, nos próximos seis meses. No entanto, o nível de emprego ainda não deve apresentar recuperação em 2017.

Como anda pensando o consumidor (ago/17 x jul/17)*

	Confiança	2,1%
	Expectativa de desemprego	7,4%
	Renda pessoal	1,5%
	Endividamento	4,7%
	Situação financeira	2,2%

Fonte: INEC – Ano 19 – Número 8 – Agosto 2017

*quanto maior o índice, maior o número de pessoas que esperam a queda do emprego e a melhora dos indicadores de finanças pessoais

CRESCIMENTO DEVE SE MANTER GRADUAL

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou, em 1º de setembro, que a economia brasileira cresceu 0,2% no segundo trimestre, ante o período anterior. Após analisar o desempenho do PIB, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) destacou que, embora a indústria, em geral, tenha encolhido 0,5%, houve crescimento na de extração (0,4%) e na de transformação (0,1%). O ponto positivo ficou por conta da alta do consumo, de 1,4%, o que contribuiu para reaquecer a economia. No entanto, o investimento continua em queda: de 0,7%, chegando a apenas 15,5% do PIB.

Fonte: IBGE

Os principais números do economia (jan-jun/17)

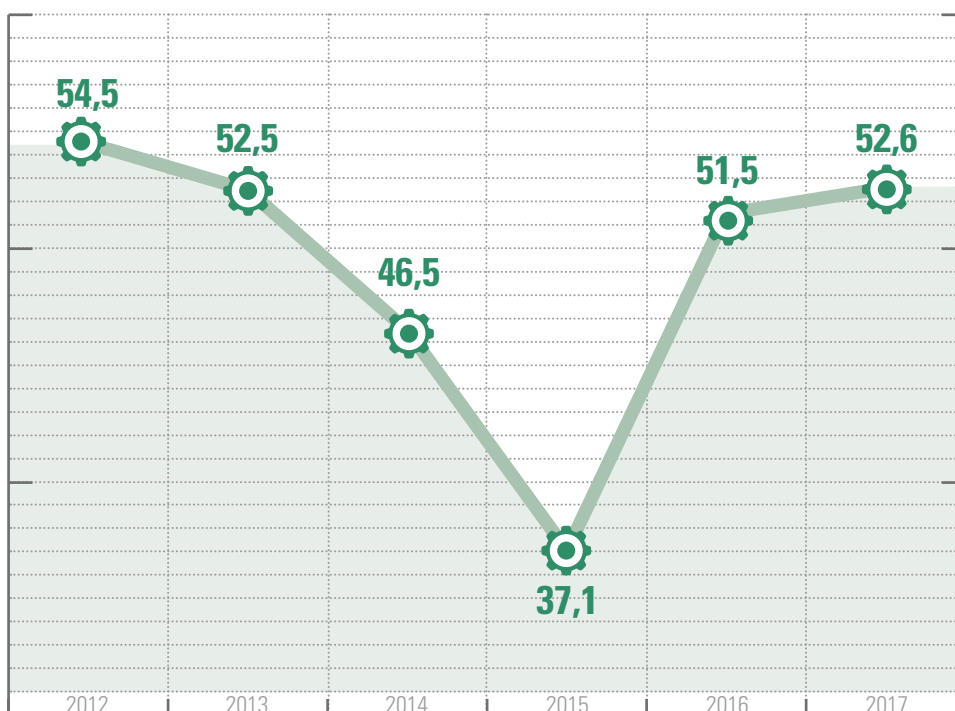
	Expansão do PIB	0,2%
	Indústria	-0,5%
	Extrativa	0,4%
	Transformação	0,1%
	Construção civil	-2%
	Consumo	1,4%
	Investimento	-0,7%

ECONOMIA VOLTA A INSPIRAR CONFIANÇA

Um cenário presente mais positivo e a expectativa de melhora na economia contribuíram para a retomada da confiança na indústria. Após dois meses de queda, o *Índice de Confiança do Empresário Industrial* (ICEI) chegou a 52,6 pontos, elevação de 2 pontos frente a julho e o melhor agosto desde 2012. A alta foi favorecida pela melhora da percepção do empresariado com o cenário presente. Em 46,5 pontos, o indicador – ainda que seja sinal de piora – é o mais elevado desde dezembro de 2013, antes de iniciar a recessão.

Fonte: ICEI – Ano 19 – Número 8 – Agosto 2017

Agosto mais otimista desde 2012 - ICEI



PARANÁ DIVULGA RESULTADOS DA *BÚSSOLA DA INOVAÇÃO* 2016

A *Bússola da Inovação* – estudo realizado, periodicamente, para mensurar a inovação do parque industrial no estado do Paraná – mostrou que, em 2016, houve melhora de três aspectos em relação ao levantamento anterior: práticas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), ambiente interno e interação externa. Desde 2012, a pesquisa é realizada pelo Sistema FIEP – organização composta pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), pelo Serviço Social da Indústria (SESI), pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL).



CALÇADISTAS DE MG INVESTIRÃO EM ELETRÔNICA EMBARCADA

Durante a 20ª Fenova – Feira de Calçados de Nova Serrana (MG) –, indústrias do polo de calçados dessa região anunciaram que pretendem investir em eletrônica embarcada. Entre as inovações dessa tecnologia aplicada ao setor calçadista está a produção de botas militares e calçados com dispositivos que funcionam como rádio, GPS e telefone, que podem auxiliar na busca de pessoas que se perdem como pessoas com Alzheimer, ou simplesmente sirvam como mecanismos de geolocalização. O evento contou com apoio do Sistema FIEMG, liderado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.





Foto: Divulgação

MT E ARGENTINA ASSINAM PROTOCOLO DE INTENÇÕES

O presidente do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso (FIEMT), Jandir José Milan, o governador do estado, Pedro Taques, e o embaixador da Argentina no Brasil, Carlos Magariños, assinaram um protocolo de intenções para criar a Câmara de Comércio Mato Grosso-Argentina. O ato ocorreu durante o workshop *Oportunidades de Negócio, Integração e Cooperação entre Mato Grosso e Argentina*, em que empresários argentinos e mato-grossenses discutiram temas relevantes como produção e negócios, cooperação nas áreas de educação, ciência e tecnologia e a construção da hidrovía Paraguai-Paraná, que ligará as duas regiões.

Foto: Gustavo Frazao / Shutterstock.com



FIEMAM FAZ 57 ANOS

Em agosto, a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM) completou 57 anos. Para celebrar a data, promoveu palestra com representantes de diversas instituições com o intuito de debater temas de interesse do setor industrial amazonense, como a reforma trabalhista e os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e que afetam o Sistema S. SESI e SENAI Amazonas possuem uma rede de educação consolidada e adaptada à realidade local há mais de 50 anos, com seis escolas instaladas, sendo três delas no interior do estado, e com oferta de gratuidade em boa parte das vagas de seus cursos.

MODA EM EVIDÊNCIA NO CEARÁ FASHION TRADE

A *Ceará Fashion Trade* — feira internacional de negócios reservada a profissionais da indústria de moda — reuniu empresas atacadistas e de pronta entrega dos setores feminino, masculino, infantil, moda íntima, praia, *fitness*, *jeanswear*, calçados e bolsas, acessórios, têxtil e de aviamentos, que expuseram as novas tendências do setor para compradores nacionais e internacionais. O evento ocorreu em agosto, em Fortaleza, com a colaboração da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) e de diversos parceiros. A cadeia produtiva da moda representa 40% da indústria de transformação no estado, considerado um dos maiores polos têxteis do país.



GIRO GLOBAL

FUSÃO CRIA A MAIOR COMPANHIA DE GASES INDUSTRIAIS DO MUNDO

Acionistas da multinacional alemã The Linde Group aprovaram os planos de fusão da empresa com sua concorrente, a norte-americana Praxair, para formar a maior companhia de gases industriais do mundo, com 80 mil funcionários. Com a fusão, as vendas da *holding*, com sede na Irlanda, podem chegar a € 27 bilhões e seu valor de mercado pode alcançar € 66 bilhões. A união ainda deve ser submetida às autoridades antitruste na Europa e nos EUA. A medida deve gerar economia anual de € 1 bilhão à The Linde Group. No Brasil, a Praxair atua como White Martins.

Foto: Shutterstock.com

EMPRESAS SE UNEM A FAVOR DA AGROINDÚSTRIA MEXICANA

A agência de promoção de exportações do governo mexicano – Proméxico – e a Agência de Serviços de Marketing e de Desenvolvimento de Mercados Agrícolas (Aserca) firmaram acordo de cooperação para impulsionar as exportações dos setores produtivo e agroindustrial do país que, nos quatro primeiros meses deste ano, exportou US\$ 11 bilhões em produtos alimentares, um montante superior ao gerado internamente pelos setores de turismo e de petróleo. O país é o maior exportador mundial de cerveja e de tequila – bebida alcoólica destilada mais exportada no mundo, de sua produção exclusiva.



Foto: Andrea Willmore / Shutterstock.com

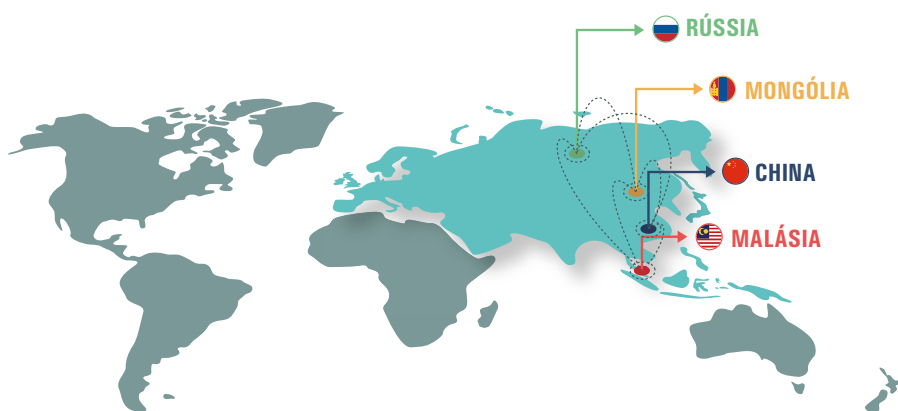


ÍNDICE DE CONFIANÇA CRESCE NA ÁFRICA DO SUL

Em julho, o índice de confiança empresarial aplicado pela Câmara de Comércio e Indústria da África do Sul (Sacci, sigla em inglês) teve seu maior nível desde fevereiro de 2017, e continua a subir. A inflação tem diminuído e a taxa de câmbio é instável, mas fraca em relação ao euro, à libra e ao iene. De acordo com as expectativas da Sacci, as taxas de juros mais baixas e a conjuntura que aponta para um cenário econômico favorável deverão atrair mais investidores para o país. O aumento do índice é atribuído à substituição do ministro das Finanças, no final de março de 2017.

EXPOSIÇÃO CHINA-RÚSSIA PROMOVE INTERCÂMBIO DE NEGÓCIOS

Representantes da Câmara Geral de Indústria e do Comércio da China (ACGCIC, sigla em inglês) participaram da 4ª *Exposição China-Rússia* na Província de Heilongjiang, no nordeste da China. No evento, que contou com a participação de diversas empresas, foi realizado um fórum para intercâmbio de negócios entre China, Mongólia, Rússia e Malásia. A ACGCIC declarou que continuará a atuar como ponte entre os investidores e as províncias de forma a fomentar o desenvolvimento dos investimentos e dos negócios.



RODADA DE NEGÓCIOS REÚNE EMPRESÁRIOS DO SETOR DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Mais de 40 representantes de empresas argentinas e uruguaias reuniram-se na Argentina para compartilhar experiências e estreitar relações comerciais na área de tecnologia e inovação. A rodada de negócios foi promovida pela União Industrial Argentina (UIA) com o objetivo de estabelecer parcerias estratégicas para a detecção de atividades de coordenação e de articulação do setor nos dois países. Empresas uruguaias, especializadas em aplicativos para celulares e software de otimização de processos, com aplicações para os setores de saúde e financeiro, participaram do encontro.



Foto: David Haykazyan / Shutterstock.com

TRANSPARÊNCIA NO SESI E SENAI

ENTIDADES TÊM PÁGINAS NA INTERNET PARA DIVULGAÇÃO DE DADOS E AÇÕES DE NATUREZA CONTÁBIL, SOCIAL E DE INFRAESTRUTURA, BEM COMO SUAS PARTICIPAÇÕES EM LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

Há muitos anos, o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) se pautam na eficiência e na transparência na aplicação dos recursos arrecadados. Mas, para deixar esses dados ainda mais às claras, há ferramentas digitais hospedadas nos sites dos Departamentos Nacionais, das Federações de Indústria e da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Trata-se da página intitulada *Transparência*, um canal de prestação de contas à sociedade.

Nessas páginas, as entidades publicam dados sobre orçamentos, balanços contábeis, pareceres dos auditores independentes, licitações, editais em andamento, relatórios de atividades e a infraestrutura existente, entre outras informações.

Desde junho de 2017, o espaço traz ainda, em detalhes, pareceres das contas dos departamentos nacionais das

entidades, avaliadas por instituições públicas e privadas externas que atestam a eficiência dos serviços SESI e SENAI periodicamente. Esses pareceres são anexados ao Relatório de Gestão e encaminhados ao Tribunal de Contas da União (TCU) que, com apoio do Ministério da Transparência, também faz, anualmente, ampla análise das contas dos departamentos regionais e nacionais das entidades.

APLICAÇÃO DE RECEITAS

A aplicação pelo SENAI e pelo SESI de receitas da contribuição compulsória em cursos gratuitos é fiscalizada pelo Ministério da Educação (MEC), com metodologia de aferição elaborada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O orçamento geral do SESI, aprovado pelo Conselho Nacional da entidade, é avaliado anualmente pelo Ministério do Desenvolvimento Social previamente à sua execução, para verificar o cumprimento da missão conferida pelo

regulamento da entidade. Já os orçamentos dos departamentos regionais e do departamento nacional do SENAI passam, anualmente, pelo crivo do Ministério do Trabalho, que avalia os orçamentos aprovados pelos conselhos regionais antes da execução das despesas.

O orçamento, a execução orçamentária e a movimentação financeira dos departamentos regionais do SESI são submetidas às comissões de contas dos conselhos regionais. Quanto a esses mesmos dados referentes ao departamento nacional do SENAI, a análise fica a cargo da comissão de contas do Conselho Nacional.

As comissões das duas entidades podem contratar auditores para revisar as contas e certificar a exatidão das informações. No caso do SENAI, a auditoria deve ser renovada a cada 18 meses.

Esses dados podem ser acessados pelos internautas de forma fácil e rápida nas páginas, com informações atualizadas frequentemente.



TRANSPARÊNCIA SENAI

O SENAI, mantido e administrado pela indústria, tem por foco central a formação profissional e tecnológica, em mais de 28 áreas industriais. Neste campo, é o maior complexo da América Latina. Possui também uma rede de Institutos de Tecnologia e de Inovação. O SENAI é decisivo para a construção de futuro melhor para o trabalhador e para a elevação da produtividade e da competitividade da indústria brasileira.

A Entidade é permanentemente fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e o seu orçamento é ratificado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O SENAI reforça o seu compromisso com a moderna gestão e com o aprimoramento da divulgação de suas realizações e dados neste Site da Transparência.

Departamento Nacional - SENAI/DN

ACESSO À TRANSPARÊNCIA NOS DEPARTAMENTOS REGIONAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS +

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS +

LICITAÇÕES E EDITAIS

CONTRATOS E CONVÊNIOS

GRATUIDADE (ATÉ JULHO/2018)

INTEGRIDADE + (ATÉ MARÇO/2018)

DADOS DE INFRAESTRUTURA

DADOS DE ATENDIMENTO SOCIAL



SAC

FALE CONOSCO

DÚVIDAS FREQUENTES

UNIDADES NOS ESTADOS

Página na internet permite acesso às informações gerenciais de todas as entidades estaduais SESI e SENAI do país



WorldSkills reunirá 1.264 jovens de 68 países em 51 ocupações técnicas

CONTAGEM REGRESSIVA

DELEGAÇÃO BRASILEIRA, INTEGRADA POR ALUNOS DO SENAI, VAI EM BUSCA DO BICAMPEONATO NA *WORLD SKILLS*, A SER REALIZADA EM ABU DHABI

Entre 15 e 18 de outubro, estudantes do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) participarão, em Abu Dhabi, da 44ª edição da *WorldSkills*, a competição internacional de profissões técnicas que ocorre a cada dois anos em um país diferente. A meta é manter o Brasil no topo do pódio do torneio, já que a delegação brasileira foi a grande campeã da última edição, realizada em 2015, em São Paulo (SP). Os jovens brasileiros ficaram à frente de representantes de nações que são referência educacional no mundo, como Coreia do Sul e Alemanha.

“O grupo de competidores que irá a Abu Dhabi vocaliza milhões de jovens brasileiros que não têm essa chance e que, a partir do que nós alcançarmos, poderão ser estimulados a buscar uma formação profissional”, ressalta o diretor-geral do SENAI, Rafael Lucchesi.

Nesta edição, a *WorldSkills* reunirá 1.264 estudantes de 68 países em 51 ocupações técnicas. Os competidores estão inscritos em cursos de educação profissional e devem ter até 22 anos de idade no ano em que se realiza o torneio. A de-

(TI) pelo SENAI. “Toda a equipe está reunida e estamos trabalhando firme para conseguir o ouro em Abu Dhabi. Esse é o nosso foco. Nós estamos com o SENAI no peito e o Brasil no coração”, diz Santos.

Os instrutores do SENAI compartilham o otimismo dos alunos. A instrutora em Tecnologia da Moda Elaine Ribeiro Alves conta que a preparação para a *WorldSkills* é bastante abrangente, para formar um profissional completo. “Todo esse tratamento é para conseguir a excelência e, consequentemente, uma medalha de ouro”.

Os alunos do SENAI que integrarem a delegação brasileira serão premiados pela instituição. Os medalhistas terão uma bolsa de estudos de até R\$ 3 mil a ser utilizada num prazo de cinco anos. O objetivo é estimular a continuidade da formação educacional dos campeões.

“A experiência de participar de uma equipe da WorldSkills ressignifica experiências na vida dos competidores. O resultado é absolutamente transformador para esses jovens.”

Rafael Lucchesi, diretor-geral do SENAI

legação brasileira contará com alunos do SENAI, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e dos Institutos Federais de Educação (IFEs). Entre eles está o jovem Sergio Alves dos Santos, competidor de Tecnologia da Informação

“A experiência de participar de uma equipe da *WorldSkills* ressignifica experiências na vida dos competidores. O resultado é absolutamente transformador para esses jovens”, relata Lucchesi.

O SENAI é a entidade brasileira associada à *WorldSkills International*, responsável por garantir que o processo seletivo no país siga as regras mundiais. É a instituição que treina, também, a maior parte da delegação brasileira que irá a Abu Dhabi.

SELETIVAS

Neste momento, instrutores da instituição preparam 50 jovens de 44 profissões em quatro centros de referência montados em Brasília (38 ocupações), Joinville (quatro ocupações), Porto Alegre (Impressão Offset) e Curitiba (Tecnologia da Água). O grupo selecionado para o treinamento foi escolhido depois de uma bateria de provas em 32 cidades brasileiras. Participaram das seletivas regionais 407 alunos do SENAI.

Após serem selecionados, os jovens passam, durante um ano, por rigoroso

treinamento técnico, físico e comportamental, que conta também com palestras motivacionais. Em Brasília, o treino começa às 6h45, com uma hora de exercícios físicos, e se estende todos os dias até as 17h, incluindo, algumas vezes, os finais de semana.

Às vésperas do torneio, os competidores irão participar de uma etapa de adaptação para enfrentar o clima de deserto de Abu Dhabi, que tem temperatura média de 37°C em outubro.

Para a escolha da delegação, foram realizadas duas provas, uma em março e outra em agosto. O objetivo foi testar se os estudantes possuíam os índices técnicos internacionais de cada ocupação, além dos requisitos para serem campeões nos Emirados Árabes. A definição do número de competidores da delegação brasileira sairá após a análise desses exames que considerarão aspectos como competência técnica, determinação, equilíbrio emocional e foco.

As provas são realizadas durante quatro dias. Os participantes devem completar os desafios propostos dentro de padrões

internacionais de qualidade, demonstrando habilidades técnicas individuais e coletivas em profissões da indústria e do setor de serviços, como automação industrial, eletrônica, eletricidade, cozinha e confeitaria. Cada uma das modalidades tem a participação de apenas um representante de cada país, seja uma pessoa ou uma equipe.

HISTÓRICO

A cada edição, o Brasil vem ganhando destaque no torneio *WorldSkills*. Desde 1983, o SENAI representa o país no evento. Naquele ano, dois alunos da instituição competiram com jovens de 18 países. A primeira medalha brasileira, uma prata na ocupação de tornearia, foi conquistada em 1989, quando a competição reuniu jovens profissionais de 21 países em Birmingham, na Inglaterra. Desde então, em 17 participações, a delegação brasileira já acumulou 121 medalhas. A última edição, em 2015, em São Paulo (SP), reuniu 1.190 competidores de 59 países. Os brasileiros tiveram o melhor desempenho ao conquistarem 27 medalhas e se consagrarem campeões.

PARTICIPAÇÕES DO BRASIL NAS ÚLTIMAS EDIÇÕES DA *WORLDSKILLS*

ANO / CIDADE	BRASILEIROS	POSIÇÃO DO BRASIL	MEDALHAS
 2015 / São Paulo (Brasil)	56	1º	27
 2013 / Leipzig (Alemanha)	41	5º	12
 2011 / Londres (Inglaterra)	28	2º	11
 2009 / Calgary (Canadá)	20	3º	10

O SENAI TRANSFORMA A VIDA DE MUITA GENTE, **COMO A DA ROSA.**

Para cuidar dos filhos, Rosa ficou fora do mercado de trabalho por anos. E, quando decidiu voltar, o SENAI foi decisivo na vida dela. Hoje, ela é professora de design gráfico. Conheça a história completa dela no sempresisenai.com.br.

#SEMPRESENAI

“O SENAI me deu essa possibilidade, de me qualificar, me preparar e me reposicionar profissionalmente. Existe a Rosa antes e depois do SENAI.”

Rosa Arendt. Professora do SENAI.

SE VOCÊ FEZ OU FAZ SENAI, COMPARTILHE SUA HISTÓRIA.
WWW.SEMPRESISENAI.COM.BR

f/senainacional i/senai_nacional t/senainacional y/senai.br



Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA